

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Termo de Referência 160/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
160/2025	290002-DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	SELMA SILVA NOBREGA	22/10/2025 15:05 (v 0.12)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		08038.000768/2023-62

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto o chamamento público para credenciamento de empresas, pessoas jurídicas e Organizações Cíveis de Saúde - OCS, especializadas para prestação de serviços de medicina do trabalho, bem como para prestação de serviços de perícia médica para atender as necessidades das Unidades da Defensoria Pública da União, com vistas à homologação de atestados médicos, realização de Perícias Oficiais Singulares e/ou Junta Médica Oficial em Saúde e a produção de Laudo Oficial de Perícia e Relatórios e Pareceres, de Defensores Públicos e servidores da DPU, bem como a realização de Exames Médicos Periódicos-EMP.

1.1.1. Os serviços serão prestados nos endereços comerciais dos credenciados, a ser disponibilizado nos canais de comunicação oficiais da DPU.

1.1.2. A Prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura com publicação no sítio eletrônico <https://www.dpu.def.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

1.1.3. Compõem a relação de serviços deste credenciamento, os procedimentos relacionados na tabela a seguir, devendo a CREDENCIADA oferecer total ou parte dos serviços elencado.

ITEM	PROCEDIMENTO MÉDICO	MODALIDADE	QTDE ESTIMADA DE SERVIÇOS ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR 12 MESES	VALOR 60 MESES
1	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	PRESENCIAL	217	R\$ 805,02	R\$ 174.689,34	R\$ 873.446,70
2	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	TELESSAÚDE	67	R\$ 805,02	R\$ 53.936,34	R\$ 269.681,70
3	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	ANÁLISE DOCUMENTAL	50	R\$ 805,02	R\$ 40.251,00	R\$ 201.255,00

4	Laudo para concessão de Adicional de Insalubridade	PRESENCIAL	25	R\$ 1.599,90	R\$ 39.997,50	R\$ 199.987,40
5	Exames Admissionais	PRESENCIAL	351	R\$ 90,00	R\$ 31.590,00	R\$ 157.950,00
6	Junta Oficial em Saúde (constituída por no mínimo 2 (dois) médicos ou 2 cirurgiões-dentistas)	PRESENCIAL	50	R\$ 1.300,00	R\$ 65.000,00	R\$ 325.000,00
7	Exame Médico Periódico - EMP	PRESENCIAL	1.777	R\$ 90,00	R\$ 159.930,00	R\$ 799.650,00
Valor Total da Contratação					R\$ 565.394,18	R\$ 2.826.970,90

1.1.3.1. Fica expressamente consignado que a estimativa anual constante no quadro acima neste Termo de Referência tem caráter meramente referencial e destina-se exclusivamente a fins de planejamento e dimensionamento da contratação. A estimativa não cria qualquer obrigação de contratação na sua integralidade e poderá variar, para mais ou para menos, em razão das reais demandas institucionais, dos afastamentos por motivos de saúde, de convocações extraordinárias, bem como de alterações no número de servidores, obedecendo-se, em qualquer hipótese, à legislação aplicável e aos limites orçamentários e financeiros da Administração. A eventual necessidade de acréscimo de atendimentos será objeto de ajustes operacionais na forma definida no instrumento convocatório e no contrato vigente.

1.1.4. A CREDENCIADA que efetivar a Perícia Oficial em Saúde, após a realização dos exames periciais necessários, emitirá Laudo Oficial de Perícia, Relatórios e Pareceres, que servirão de fundamentação nas decisões da Gestão e dos setores técnicos responsáveis, nos casos indicados a seguir, respeitadas as áreas de atuação médica ou odontológica, conforme a Lei nº 8.112, de 1990:

1.1.4.1. Licença para tratamento da própria saúde:

1.1.4.1.1. Do servidor (arts. 202, 203 e 204, da Lei nº 8.112, de 1990, alterada pelo Decreto 11.255/2022 e demais alterações);

1.1.4.1.2. Do trabalhador (arts. 59 e 60 § 4º da Lei nº 8.213, de 1991).

1.1.4.2. Licença por motivo de doença em pessoa da família (art. 81, inciso I, §1º, arts. 82 e 83 da Lei nº 8.112, de 1990, alterados pela Lei nº 11.269, de 2010);

1.1.4.3. Licença à gestante:

1.1.4.3.1. Da servidora (art. 207 da Lei nº 8.112, de 1990);

1.1.4.3.2. Da trabalhadora (art. 71 da Lei nº 8.213, de 1991).

1.1.4.4. Licença por motivo de acidente:

1.1.4.4.1. Em serviço ou doença profissional (arts. 211 e 212 da Lei nº 8.112, de 1990); d2) De trabalho (arts.19, 20 e 21 da Lei nº 8.213, de 1991);

1.1.4.5. Aposentadoria por invalidez (art. 186, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990);

1.1.4.6. Avaliação para fins de pensão (art. 217 da Lei nº 8.112, de 1990):

1.1.4.6.1. Constatação de invalidez de filho, enteado ou irmão (art. 217, inciso VI, alínea “b”; ou art. 217, inciso VI combinado com a alínea “b” do inciso IV; ou art. 217, § 3º combinado com a alínea “b” do inciso IV);

1.1.4.6.2. Constatação de deficiência intelectual ou mental de filho, enteado ou irmão (art. 217, inciso VI, alínea “d”; art. 217, inciso VI combinado com a alínea “d” do inciso IV; ou art. 217, § 3º combinado com a alínea “d” do inciso IV);

1.1.4.7. Remoção por motivo de saúde do servidor ou de pessoa de sua família (art. 36, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112, de 1990);

- 1.1.4.8. Horário especial para servidor portador de deficiência e para o servidor com familiar portador de deficiência (art. 98, §2º e 3º, da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.9. Constatação de deficiência dos candidatos aprovados em concurso público nas vagas de portador de deficiência (arts. 3º e 4º, do Decreto nº 3.298, de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- 1.1.4.10. Avaliação de sanidade mental do servidor para fins de Processo Administrativo Disciplinar (art. 160 da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.11. Recomendação para tratamento de acidentados em serviço em instituição privada à conta de recursos públicos (art. 213 da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.12. Readaptação funcional de servidor por redução de capacidade laboral (art. 24 da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.13. Avaliação de servidor aposentado por invalidez para fins de reversão (art. 25, inciso I, e art. 188, §5º, da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.14. Avaliação de servidor aposentado para constatação de invalidez por doença especificada no §1º do art. 186, para fins de integralização de proventos (art. 190 da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.15. Avaliação da capacidade laborativa de servidor em disponibilidade (art. 32 da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.16. Inspeção para investidura em cargo público (art. 14 da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.17. Pedido de reconsideração e recurso acerca de avaliações periciais (arts. 106, 107 e 108 da Lei nº 8.112, de 1990);
- 1.1.4.18. Avaliação para isenção de imposto de renda (art. 6º, inciso XIV e XXI da Lei nº 7.713, de 1988, alterada pela Lei nº 11.052, de 2004);
- 1.1.4.19. Avaliação de idade mental de dependente para concessão de auxílio pré-escolar (Decreto nº 977, de 1993);
- 1.1.4.20. Avaliação de servidor portador de deficiência para comprovação da necessidade de acompanhamento de viagem a serviço (Decreto nº 7.613, de 2011);
- 1.1.4.21. Avaliação da capacidade laborativa por recomendação superior (art. 206 da Lei nº 8.112, de 1990); e
- 1.1.4.22. Comunicação de doença de notificação compulsória ao órgão de saúde pública. (Lei nº 6.259 de 30 de outubro de 1975, Decreto nº 78.231, de 12 de agosto de 1976, e Portaria do Ministério da Saúde nº 104, de 25 de janeiro de 2011).
- 1.1.4.23. Laudo Técnico de Insalubridade – Manual do SIASS - Anexo xxxx do Edital;
- 1.1.4.24. Exames Admissionais (Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990);
- 1.1.4.25. Exame Médico Periódico (Decreto nº 6.856 de 25 de maio de 2009 e Resolução nº 210 CSDPU de 02 de junho de 2023)

1.2. O prazo de vigência do credenciamento é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura do contrato, com publicação no sítio eletrônico <https://www.dpu.def.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. Para assegurar a ampliação do universo de credenciados e em observância aos princípios da isonomia, da eficiência e do interesse público, ao final de cada período de 12 (doze) meses, será promovida a republicação do aviso de chamamento público, permitindo o ingresso de novos interessados que preencham os requisitos previstos neste edital, **sem prejuízo da continuidade e dos efeitos dos credenciamentos já homologados, os quais permanecerão vigentes nos termos contratualmente estabelecidos.**

1.4. A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo de vigência.

1.5. A CREDENCIADA que tiver interessada em descredenciar-se, deverá comunicar à CREDENCIANTE, sob pena de se presumir a manutenção do interesse.

1.6. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Digital – ETP DIGITAL nº 82/2025, devidamente publicado no site compras.gov.br.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025), conforme detalhamento nos Documentos de Formalização da Demanda: n.º 247/2025.
- 2.3. A legislação exige que os servidores e defensores públicos quando acometidos por enfermidades e apresentarem atestados de afastamento por motivo de saúde, deverão ser submetidos a perícia oficial em saúde, que é o ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada de forma presencial, por análise documental ou telessaúde, por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado. A perícia oficial em saúde produz informações para fundamentar as decisões da administração no tocante ao disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores.
- 2.4. A Defensoria Pública da União – DPU, órgão essencial à prestação jurisdicional aos necessitados, possui em seu quadro funcional defensores públicos e servidores ativos, que necessitam de profissionais da área de saúde, com fins de homologação de licenças médicas para decisão de direitos e aplicação de leis. Todavia a DPU não possui em seu quadro funcional médicos e equipe multiprofissional para o desempenho dessas funções, ocasionando dificuldades em cumprir com a legislação, ocasionando dano aos servidores deste órgão. Contudo, em 2018, em razão de sua autonomia, a DPU foi retirada do grupo de órgãos atendidos pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, ficando impossibilitada de celebrar Acordo de Cooperação Técnica.
- 2.5. Ressalta-se que a DPU em diversas ocasiões, tentou por meio de Convênios ou Termos de Cooperação Técnicas com outros órgãos da esfera federal e/ou estadual, estabelecer serviço de atendimento de perícias médicas e odontológicas, aos seus membros e servidores, quando necessário. Estes convênios e acordos, não foram realizados ou mantidos, seja por negativa do órgão, que possui o atendimento à saúde do servidor, seja por inexistência dos serviços. Entretanto no Art. 6º do Decreto nº 7003, de 9 de novembro de 2009 em seu Parágrafo Único diz – Na impossibilidade de aplicação do disposto no caput, que deverá ser devidamente justificada, o órgão ou entidade promoverá a contratação da prestação de serviços por pessoa jurídica, nas condições previstas no art. 230, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.
- 2.6. Diante dessa situação, torna-se necessário o credenciamento por meio do chamamento público a nível nacional, uma vez que a DPU possui mais de 70 (setenta) unidades distribuídas pelo Brasil, sendo serviço indispensável ao cumprimento da legislação vigente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Digital – ETP DIGITAL nº 82/2025, devidamente publicado no site compras.gov.br.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Subcontratação
- 4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. Vistoria
- 4.2.1. A realização de avaliação do local de execução dos serviços poderá ser realizada a qualquer tempo.
- 4.3 As disponibilidades a serem contratadas estão dispostas no quadro a seguir:

ITEM	ESPECIALIDADE
1	Medicina do Trabalho e Clínico Geral
2	Cirurgião Dentista
3	Psiquiatria
4	Psicologia

5	Assistência Social.
6	Engenharia do trabalho

4.4. As interessadas em participar do credenciamento deverão ter capacidade técnica para a prestação parte dos serviços, ou serviços integrais de perícias médicas nas seguintes especialidades: médicos e cirurgiões-dentistas.

4.5. Para os devidos fins, define-se:

4.5.1. Perito Oficial: é o médico ou cirurgião-dentista que realiza ato pericial com o objetivo de subsidiar a Administração Pública Federal na formação de juízos a que está obrigada. É responsável pelo estabelecimento da correlação entre o estado mórbido e a capacidade laborativa do servidor, assim como pelo nexos entre a morbidade e o trabalho. Tem o dever precípua de ajudar a fundamentar as decisões administrativas;

4.5.2. Perícia Oficial: é a avaliação técnica realizada por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado, destinada a fundamentar decisões da administração;

4.5.3. Perícia Oficial Singular: é a avaliação técnica realizada por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado;

4.5.4. Junta Médica Oficial: é a perícia oficial realizada por no mínimo 2 (dois) médicos ou 2 (dois) cirurgiões-dentistas.

4.6. Os serviços serão realizados de forma híbrida, nos moldes do Decreto nº 11.255, de 9 de novembro de 2022 e Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.671, de 15 de dezembro de 2022 e, respeitadas as seguintes modalidades:

4.6.1. Avaliação presencial;

4.6.2. Avaliação por meio de telessaúde, quando expressamente autorizada pelo servidor;

4.6.3. Análise documental.

4.7. Compete a CONTRATANTE definir a modalidade de realização da perícia oficial, sendo opcional a utilização pela modalidade telessaúde, quando essa aplicável ao caso e for aceita pelo periciado;

4.8. As modalidades telessaúde e análise documental poderão ser realizadas somente nos casos em que houver:

4.8.1. Avaliações técnicas que não envolvam análise de capacidade laborativa ou invalidez;

4.8.2. Licença para acompanhamento de doença em pessoa da família que não ultrapassem 30 (trinta) dias corridos.

4.9. Quando o tempo de espera para a realização de perícia superar o prazo de 30 (trinta) dias corridos do envio do atestado, poderá ser realizada a perícia nas modalidades análise documental.

4.10. Fica vedada a análise documental quando os períodos de licença para tratamento de saúde ou acompanhamento de familiar forem superiores a 60 (sessenta) dias, dentro do período de 12 (doze) meses.

4.11. A modalidade telessaúde poderá ser realizada quando o prazo das licenças para tratamento de saúde do servidor ou acompanhamento de familiar **não** ultrapassar o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses.

4.12. A impossibilidade de realização de perícia oficial mediante telessaúde, ensejará a realização de perícia presencial.

4.13. A perícia oficial por telessaúde ocorrerá em ambiente adequado e por meio de sistema de registro eletrônico fechado, garantindo-se a privacidade e o sigilo das informações, sendo vedado todo e qualquer tipo de gravação de áudio e vídeo, conforme preceituam os Códigos de Ética da Medicina e da Odontologia.

4.14. A qualquer momento, caso julgue necessário, a equipe multiprofissional poderá usar o recurso da telessaúde para avaliações complementares.

4.15. É dispensada a perícia oficial, sendo necessária apenas a homologação da chefia, nos casos em que o atestado médico ou odontológico for:

4.15.1. De no máximo 14 (catorze) dias corridos para tratamento da própria saúde, ou 14 (catorze) dias corridos para acompanhamento de familiar;

4.15.2. Não ultrapasse o período de 15 (quinze) dias para tratamento da própria saúde, ou quando a somatória dos atestados for inferior a 15 dias para acompanhamento de familiar não ultrapassar o período máximo de 14 (quatorze) dias;

4.15.3. Para a dispensa de perícia de que trata o subitem anterior, deverá ser considerado o somatório de licenças para tratamento de saúde dos últimos 12 (doze) meses.

4.16. A Perícia Oficial é obrigatória quando:

4.16.1. For apresentado atestado de 15(quinze) dias ou mais consecutivos ou não, para tratamento de própria saúde, ou 15 (quinze) dias ou mais consecutivos ou não, para acompanhamento de familiar;

4.16.2. Após 15 (quinze) dias de afastamento do servidor para tratamento da própria saúde, a contar do somatório dos atestados inferiores a 15 (quinze) dias, no período de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia do seu afastamento;

4.16.3. Quando houver(em) atestado(s) de até 120 (cento e vinte) dias para tratamento da própria saúde, sendo obrigatório nesse caso, a avaliação por meio de Perícia Médica Oficial Singular;

4.16.4. Quando houver(em) atestado(s) que ultrapasse(m) o período de 120 (cento e vinte) dias para tratamento da própria saúde, sendo obrigatório nesse caso, a avaliação por meio de Junta Médica Oficial;

4.16.5. Quando houver(em) atestado(s) de 01 (um) a 03 (três) dias que ultrapasse(m) o período de 14 (quatorze) dias para acompanhamento de familiar;

4.16.6. Para a obrigatoriedade de perícia de que tratam os subitens 4.16.1 a 4.16.5, deverá ser considerado o somatório de licenças para tratamento de saúde dos últimos 12 (doze) meses.

4.17. Visando o atendimento das necessidades da CREDENCIANTE, a prestação dos serviços médicos especializados deve possibilitar a realização de:

4.17.1. Perícia médica para validação/homologação dos atestados médicos apresentados pelos defensores e servidores, ativos e inativos, e seus respectivos dependentes, que ensejam em afastamento de suas funções, bem como para apurar as condições do ambiente de trabalho, a fim de estabelecer a condições de insalubridade;

4.17.2. Validação mediante análise de exames, laudos, receituários médicos e outros, objetivando a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, buscando detectar a necessidade de acompanhamento em virtude do estado clínico em que se encontre o familiar;

4.17.3. Inspeção médica para avaliação e validação dos exames admissionais em razão de concurso público e/ou processo seletivo, com competente emissão de atestado de saúde considerando o candidato apto ou inapto para o cargo, observadas as regras do Edital do concurso público respectivo;

4.17.4. Constituição de junta médica pericial;

4.17.5. Exame admissional, obedecidas às normas da Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina.

4.18. As perícias oficiais decorrentes de licença para tratamento odontológico deverão obrigatoriamente ser realizadas por cirurgiões-dentistas.

4.19. A prestação dos serviços dar-se-á, a único e exclusivo critério, conforme a necessidade da CREDENCIANTE.

4.20. Havendo impossibilidade de locomoção por parte do periciado ou familiar, será realizada a perícia oficial nas instalações hospitalares em que o periciado ou seu familiar estiver internado, ou em sua residência, conforme o caso.

4.21. Havendo empate sobre a realização de perícia mediante junta médica, será convocado outro profissional da área para proferir voto de qualidade.

4.22. As perícias oficiais cuja origem seja decorrente ou indicativa de acidente em serviço ou doença ocupacional, serão obrigatoriamente realizadas de forma presencial.

4.23. A Perícia médica a fim de conceder adicional de insalubridade aos servidores deverá ser realizada presencialmente, com a verificação do local de trabalho e a respectiva emissão de laudo técnico.

4.24. Ao periciado é admitida a possibilidade de impetrar recurso contra decisão pericial, que será reavaliada pelo mesmo perito ou junta que deu a decisão em comento.

4.24.1. Caso seja mantido a decisão de nova perícia realizada no recurso de que trata o subitem anterior, caberá ao periciado buscar vias não administrativas, a fim de que sua situação seja reavaliada por perito ou junta médica distinta da que fez a análise anterior.

4.24.2. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

- 4.24.3. A avaliação pericial na reconsideração e no recurso deve ser realizada de forma presencial obrigatoriamente.
- 4.25. Os serviços serão computados por procedimento executado, devendo a CREDENCIADA emitir e encaminhar à CREDENCIANTE o laudo pericial/atestado conclusivo ou outra documentação pertinente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da realização dos serviços, respeitando os demais prazos legais.
- 4.26. São consideradas etapas obrigatórias para cumprimento de um serviço pela CREDENCIADA:
- 4.26.1. Atendimento à convocação nos termos do Edital de Credenciamento e seus anexos;
 - 4.26.2. Pontualidade quanto ao horário, presença no local determinado, observando-se as recomendações de boa técnica, normas e legislações pertinentes;
 - 4.26.3. Emissão e encaminhamento dos laudos, atestados e pareceres decorrentes dos serviços realizados;
- 4.27. Fica vedado ao médico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina:
- 4.27.1. Realizar exame médico ocupacional, com recursos de telessaúde, sem o exame presencial do trabalhador;
 - 4.27.2. Assinar Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) em branco;
 - 4.27.3. Emitir ASO sem que esteja familiarizado com os princípios da patologia ocupacional e suas causas, bem como com o ambiente, as condições de trabalho e os riscos a que está ou será exposto cada trabalhador;
 - 4.27.4. Deixar de registrar no prontuário médico do trabalhador todas as informações referentes aos atos médicos praticados;
 - 4.27.5. Informar resultados dos exames no ASO.
- 4.28. A CREDENCIADA não poderá efetuar qualquer tipo de cobrança de taxa ou diferenças relativas aos serviços prestados aos servidores encaminhados, sob qualquer pretexto.
- 4.29. A execução dos serviços está condicionada a assinatura do Termo de Contrato, que deverá estar disponibilizado como anexo do Edital.
- 4.30. É vedada a realização de inspeções médicas, assim como a participação em junta médica, pela CREDENCIADA quando o agente público a ser atendido se identifique, relativamente à sua pessoa, como cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º (terceiro) grau, e quando o paciente esteja ou já tenha estado sob seus cuidados profissionais.
- 4.31. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas, salvo em se tratando de caso fortuito ou motivo de força maior a ser analisada pela CREDENCIANTE.
- 4.32. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre a CREDENCIADA e a CREDENCIANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.33. A execução dos serviços está condicionada à solicitação prévia por parte da CREDENCIANTE, a qual se dará mediante a emissão de Ordem de Serviço, devendo ser atendida nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.34. Uma vez acionada, a CREDENCIADA fica obrigada a prestar os serviços para os quais se credenciou nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 4.35. As definições omissas neste instrumento, devem ser conferidas no MANUAL DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE PERÍCIAS MÉDICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, Anexo XII do Edital.
- 4.36. Restrições à Participação
- 4.36.1. Fica expressamente vedada a participação de empresas constituídas na forma de Consórcio, conforme as seguintes justificativas:
 - 4.36.1.1. Considerando que a responsabilidade direta e individual da prestação dos serviços objeto deste credenciamento exige que a responsabilidade técnica, ética e jurídica seja assumida integralmente por um único prestador, de forma direta e individualizada, garantindo maior controle, rastreabilidade e responsabilização pelos atos praticados.
 - 4.36.1.2. Devido a necessidade da celeridade e simplicidade na gestão contratual, em que a participação de consórcios, por sua complexidade administrativa e necessidade de gestão conjunta entre empresas, tende a dificultar o acompanhamento, a fiscalização e a execução dos serviços, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e simplificação processual que regem o credenciamento.
 - 4.36.1.3. Considerando a desnecessidade de agrupamento de capacidades técnicas ou econômicas para a prestação do serviço do objeto, ainda que especializado, não demanda estrutura tão complexa a ponto de justificar a união de empresas

para sua execução. Ao contrário, os requisitos de habilitação são compatíveis com a atuação de empresas individualmente, o que torna a formação de consórcios desnecessária.

4.36.1.4. Devido o caráter contínuo e descentralizado dos serviços, como o credenciamento visa formar uma rede descentralizada de prestadores, a atuação individual dos credenciados permite maior flexibilidade e agilidade na alocação de serviços conforme a localidade e demanda, o que seria comprometido com a atuação em consórcio.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Para os devidos fins, define-se:

5.1.1. Perito Oficial: é o médico ou cirurgião-dentista que realiza ato pericial com o objetivo de subsidiar a Defensoria Pública da União, na fundamentação de decisão a que está obrigada. É responsável pelo estabelecimento da correlação entre o estado mórbido e a capacidade laborativa do servidor, assim como pelo Nexo Causal, entre a morbidade e o trabalho;

5.1.2. Perícia Oficial em Saúde: é a avaliação técnica de questões relacionadas a saúde e a capacidade laboral, realizada por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado, na presença do periciado, para cumprir legislação a que está obrigada, no tocante ao disposto na Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores;

5.1.3. Perícia Oficial Singular: é a avaliação técnica realizada por apenas um médico ou cirurgião-dentista formalmente designado;

5.1.4. Junta Médica Oficial em Saúde: é a perícia oficial realizada por no mínimo 2 (dois) médicos ou 2 (dois) cirurgiões-dentistas

5.2. Condições de execução

5.2.1. Os serviços serão realizados de forma híbrida, nos moldes do Decreto nº 11.255, de 9 de novembro de 2022 e Portaria SGP /SEDGG/ME Nº 10.671, de 15 de dezembro de 2022 e, respeitadas as seguintes modalidades:

5.2.1.1. Avaliação presencial;

5.2.1.2. Avaliação por meio de Telessaúde, quando expressamente autorizada pelo periciado;

5.2.1.3. Análise documental.

5.2.2. Compete à Divisão de Saúde, vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), fazer a indicação sobre a modalidade de realização da Perícia Oficial em Saúde, conforme previsão legal;

5.2.3. A análise documental será viável somente nos casos em que for possível a realização de Perícia Oficial Singular até 60 (sessenta) dias;

5.2.4. As modalidades telessaúde e análise documental poderão ser realizadas somente nos casos em que houver:

5.2.4.1. Avaliações técnicas que não envolvam análise de capacidade laborativa ou invalidez;

5.2.4.2. Licença para acompanhamento de doença em pessoa da família que não ultrapassem 30 (trinta) dias corridos.

5.2.5. Quando o tempo de espera para a realização de perícia superar o prazo de 30 (trinta) dias corridos do envio do atestado, poderá ser realizada a perícia nas modalidades análise documental e telessaúde;

5.2.6. As perícias externas, quando o periciado esteja impedido de se locomover ou hospitalizado, poderão ser substituídas por análise documental ou telessaúde, a critério do perito oficial, limitando-se às licenças de até 120 (cento e vinte) dias dentro do período de 12 (doze) meses corridos, sendo sua condição comprovada por relatório médico;

5.2.7. Fica vedada a análise documental quando os períodos de licença para tratamento de saúde ou acompanhamento de familiar forem superiores a 60 (sessenta) dias, dentro do período de 12 (doze) meses;

5.2.8. A modalidade telessaúde poderá ser realizada quando o prazo das licenças para tratamento de saúde do servidor ou acompanhamento de familiar não ultrapassar o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses;

5.2.9. A impossibilidade de realização de perícia oficial mediante telessaúde, ensejará a realização de perícia presencial, conforme legislação vigente;

5.2.10. A perícia oficial por telessaúde, ocorrerá em ambiente adequado e por meio de sistema de registro eletrônico fechado disponibilizado pelo CREDENCIANTE, garantindo-se a privacidade e o sigilo das informações, sendo vedado todo e qualquer tipo de gravação de áudio e vídeo, conforme preceituam os Códigos de Ética da Medicina e da Odontologia;

5.2.11. A qualquer momento, caso julgue necessário, a equipe multiprofissional poderá usar o recurso da telessaúde para avaliações complementares;

5.2.12. A Perícia Oficial Singular é obrigatória quando:

5.2.12.1. For apresentado atestado de 15 (quinze) dias ou mais, consecutivos ou não, no período de 12 (doze) meses, para tratamento de própria saúde, ou 15 (quinze) dias ou mais consecutivos ou não, no período de 12 (doze) meses para acompanhamento de familiar;

5.2.12.2. Após 14 (quinze) dias de afastamento do servidor para tratamento da própria saúde, a contar do somatório dos atestados inferiores a 15 (quinze) dias, no período de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia do seu afastamento;

5.2.12.3. Quando houver atestado de até 120 (cento e vinte) dias para tratamento da própria saúde, sendo obrigatório nesse caso, a avaliação por meio de Perícia Oficial Singular, feito por um médico ou um cirurgião dentista;

5.2.12.4. Quando houver(em) atestado(s) que ultrapasse(m) o período de 120 (cento e vinte) dias para tratamento da própria saúde, sendo obrigatório nesse caso, a avaliação por meio de Junta Médica Oficial;

5.2.12.5. Quando houver(em) atestado(s) inferiores a 14 (catorze) dias que ultrapasse(m) o período de 14 (quatorze) dias para acompanhamento de familiar;

5.2.12.6. Para a obrigatoriedade de perícia de que tratam os subitens 5.2.12.1 a 5.2.12.5 poderá ser considerado o somatório de licenças para tratamento de saúde dos últimos 12 (doze) meses.

5.2.13. Visando o atendimento das necessidades da CREDENCIANTE, a CREDENCIADA deverá realizar a prestação dos serviços médicos especializados e possibilitar a realização de:

5.2.13.1. Perícia médica para validação/homologação dos atestados médicos apresentados pelos defensores e servidores ativos, limitado a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratação);

5.2.13.2. validações mediante análise de exames, laudos, receituários médicos e outros, objetivando concessão de licença por motivo de doença em pessoas da família, buscando detectar a necessidade de acompanhar em virtude do estado clínico em que se encontra o familiar;

5.2.13.3. Inspeção médica para avaliação e validação dos exames admissionais em razão de concurso público e/ou processo seletivo, com competente emissão de atestado de saúde considerando o candidato apto ou inapto para o cargo, observando as regras do Edital do concurso público respectivo, obedecida às normas da Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina, bem como os normativos internos da CREDENCIANTE;

5.2.13.4. Constituição de Junta Médica Oficial;

5.2.13.5. Exame admissional, obedecida às normas da Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina, bem como os normativos internos da CREDENCIANTE.

5.2.14. As Perícias Oficiais decorrentes de licença para tratamento odontológico deverão obrigatoriamente ser realizadas por cirurgiões-dentistas;

5.2.15. A prestação do serviço dar-se-á, a único e exclusivo critério, conforme a necessidade da CREDENCIANTE;

5.2.16. Ao periciado é admitido a possibilidade de impetrar recurso contra decisão pericial, que terá reavaliada pelo mesmo perito ou junta que deu a decisão em comento;

5.2.16.1. Caso indeferido o recurso de que trata o subitem anterior, caberá recurso por parte do periciado, a fim de que seja realizada avaliação por perito ou junta médica distinta da que fez a análise anterior;

5.2.16.2. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida;

5.2.16.3. A avaliação pericial na reconsideração e no recurso deve ser realizada de forma presencial obrigatoriamente.

5.2.17. A CREDENCIADA não poderá efetuar qualquer tipo de cobrança de taxa ou diferença relativas aos serviços prestados aos pacientes encaminhados sob qualquer pretexto;

5.2.18. A execução dos serviços está condicionada a assinatura do Termo de Contrato, Anexo XII do Edital. Conferir o anexo devido.

5.2.19. É vedada a realização de inspeções médicas, assim como a participação em junta médica, pela CREDENCIADA quando o agente público a ser atendido se identifique, relativamente à sua pessoa, como cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha direta, colateral ou por afinidade até o 3º (terceiro) grau, e quando o servidor esteja ou já tenha estado sob seus cuidados profissionais;

5.2.20. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre a CREDENCIADA e a CREDENCIANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

5.2.21. A execução dos serviços está condicionada à solicitação prévia por parte da CREDENCIANTE, a qual se dará a qual se dará mediante emissão de ordem de serviço, devendo ser emitida no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

5.2.22. Uma vez acionada, a CREDENCIADA fica obrigada a prestar os serviços para os quais se credenciou nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

5.2.23. As definições omissas neste instrumento, devem ser conferidas no MANUAL DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE PERÍCIAS MÉDICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, Anexo XII do Edital.

5.3. LOCAL e HORÁRIO da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços deverão ser prestados de segunda à sexta feira, das 08:00 às 18:00 horas, salvo em se tratando de caso fortuito ou motivo de força maior;

5.3.2. Os serviços médicos deverão ser realizados onde estão localizados os endereços das clínicas credenciadas;

5.3.3. Havendo impossibilidade de locomoção por parte do periciado ou familiar, será realizada a perícia oficial nas instalações hospitalares em que o periciado ou seu familiar estiver internado, ou em sua residência, conforme o caso;

5.3.4. A qualquer momento durante a avaliação por telessaúde, ou análise documental, a CREDENCIADA poderá solicitar perícia presencial, caso considere necessário, em consonância com a Divisão de Saúde (SGP);

5.3.5. Em caso de atendimento presencial, este se dará nas instalações da CREDENCIADA, respeitadas as normas e exigências dos órgãos fiscalizadores;

5.3.6. Havendo empate sobre a realização de perícias, mediante junta médica, será convocado outro profissional da área para proferir voto de qualidade;

5.3.7. As perícias oficiais cuja origem seja decorrente ou indicativa de acidentes em serviço ou doença ocupacional, serão obrigatoriamente realizadas de forma presencial.;

5.3.8. A perícia médica, a fim de conceder adicional de insalubridade aos servidores, deverá ser realizada presencialmente com a verificação do local de trabalho.

5.4. Rotinas a serem cumpridas

5.4.1. Os serviços serão computados por procedimento executado, devendo a CREDENCIADA emitir e encaminhar à CREDENCIANTE o laudo pericial/atestado conclusivo ou outra documentação pertinente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização dos serviços e respeitados os demais prazos legais, via e-mail pericia@dpu.def.br ou outro canal a ser disponibilizado pela CREDENCIADA;

5.4.2. São consideradas etapas obrigatórias para cumprimento de um serviço pela CREDENCIADA:

5.4.2.1. Atendimento à convocação nos termos do Edital de Chamamento Público nº xxx/2024 e seus anexos;

5.4.2.2. Pontualidade quanto ao horário, presença no local determinado, observando-se as recomendações de boa técnica, normas e legislações pertinentes;

5.4.2.3. Emissão e encaminhamento dos laudos, atestados e pareceres decorrentes dos serviços realizados;

5.4.3. Fica vedado ao médico, nos termos do artigo 6º, da Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina:

5.4.3.1. Realizar exame médico ocupacional, com recursos de telessaúde, sem o exame presencial do trabalhador;

5.4.3.2. Assinar Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) em branco;

5.4.3.3. Emitir ASO sem que esteja familiarizado com os princípios da patologia ocupacional e suas causas, bem como com o ambiente, as condições de trabalho e os riscos a que está ou será exposto cada trabalhador;

5.4.3.4. Deixar de registrar no prontuário médico do trabalhador todas as informações referentes aos atos médicos praticados;

5.4.3.5. Informar resultados dos exames no ASO.

5.4.4. A CREDENCIADA terá até 3 (três) dias úteis para responder a convocação e confirmar a disponibilidade de execução do serviço por e-mail pericia@dpu.def.br ou outro canal a ser disponibilizado pela CREDENCIADA.

5.4.5. Quando a CREDENCIADA não responder dentro do prazo previsto no item anterior ou recusar a prestação do serviço solicitado pela CREDENCIANTE, o trabalho será enviado para a próxima CREDENCIADA e ensejará automaticamente ao profissional demandado a renúncia da posição;

5.4.6. Fica sob a responsabilidade da CREDENCIADA a obrigatoriedade de manter atualizado seu endereço eletrônico junto à CREDENCIANTE mediante endereço eletrônico credenciamento@dpu.def.br;

5.4.7. A documentação pertinente aos serviços realizados será recebida por *e-mail* onde foi encaminhado o Formulário de Solicitação de Credenciamento e Concordância com as normas do Edital, conforme relação constante no Anexo IV do Edital, onde será providenciada a conferência e a verificação da sua conformidade com as condições estabelecidas no Edital e na legislação de regência;

5.4.8. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestada a conformidade dos documentos apresentados, objeto do Edital, por meio de mensagens via e-mail credenciamento@dpu.def.br ;

5.4.9. O ateste dos serviços não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da CREDENCIADA.

5.5. Prazo de Vigência

5.5.1. A Prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura com publicação no sítio eletrônico <https://www.dpu.def.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim e/ou via plataforma tecnológica.

6.3. A CREDENCIANTE poderá convocar representante da CREDENCIADA, após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, para a reunião inicial de alinhamento acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4. Preposto

6.4.1. A CREDENCIADA deverá constituir como procurador, desde a assinatura do termo de credenciamento e durante sua vigência, pessoa qualificada para atuar como preposto, com plenos poderes para representar a CREDENCIADA perante a CREDENCIANTE;

6.4.2. A indicação do preposto pela CREDENCIADA ocorrerá por meio de declaração escrita ou digital, apresentada juntamente com o pedido de credenciamento, contendo o nome completo, número do CPF e documento de identidade, além dos dados relacionados à qualificação profissional;

6.4.3. Informar a CREDENCIANTE, mediante comunicação escrita, a substituição do preposto.

6.5. Fiscalização

6.5.1. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CREDENCIADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, disposto no inciso VIII, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022;

6.5.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o estipulado no inciso X, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022;

6.5.3. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CREDENCIANTE, baseado no inciso VI, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, com base no artigo 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133 e artigos 22, incisos X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022;

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CREDENCIADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

7.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, com fulcro no artigo 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022;

7.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, conforme prevê o artigo 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022;

7.1.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

7.1.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.1.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.1.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CREDENCIADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. O prazo de validade;

7.2.3.2. A data da emissão;

7.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão CREDENCIANTE;

7.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato.

7.2.4. O valor a pagar;

7.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.2.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CREDENCIADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CREDENCIANTE;

7.2.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.8. A CREDENCIANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.2.8.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência;

7.2.8.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

7.2.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CREDENCIADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CREDENCIANTE;

7.2.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CREDENCIANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CREDENCIADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.2.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CREDENCIADA a ampla defesa;

7.2.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CREDENCIADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Pagamento

7.3.1. A liberação do pagamento da nota fiscal/fatura ocorrerá somente após ateste do Fiscal do Contrato;

7.3.2. Os fiscais de contratos deverão notificar formalmente a CREDENCIADA para que enviem as notas fiscais/faturas, preferencialmente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês;

7.3.3. O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, pela CREDENCIADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no artigo 141 da Lei n.º 14.133/2021, observado o disposto no artigo 64 da Instrução Normativa n.º 05/2017 – SEGES e suas alterações, e os seguintes procedimentos:

7.3.3.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada das seguintes comprovações:

7.3.3.1.1. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei n.º 14.133/2021;

7.3.3.1.2. Da apresentação da cópia do relatório mensal emitido pelo fiscal da CREDENCIANTE, consubstanciado no Instrumento de Medição de Resultado, devidamente assinado pelo representante da CREDENCIADA;

7.3.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CREDENCIADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CREDENCIANTE;

7.3.3.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela CREDENCIANTE, não será superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da apresentação dos documentos na Secretaria de Orçamento e Finanças - SEOF, situada no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, Bairro Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.040-908.

7.3.3.3.1. Para a devida efetivação do pagamento, deverá ser observado todo este item sobre critério de medição e pagamento.

7.3.3.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CREDENCIANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$I = (TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

7.3.3.5. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos serão instruídos com as justificativas e motivos, e submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se será, ou não, caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora;

7.3.3.6. Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento será retido ou glosado, quando a CREDENCIADA:

7.3.3.6.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3.6.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

7.3.3.7. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CREDENCIADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

7.3.3.7.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei n.º 9.430/1996;

7.3.3.7.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB N.º 2110/2022, conforme determina a Lei n.º 8.212/1991;

7.3.3.7.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar n.º 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

7.3.4. O pagamento será efetuado, por serviço realizado, mediante crédito em conta corrente da CREDENCIADA, por ordem bancária, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do ateste do documento de cobrança, desde que não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CREDENCIADA.

7.3.5. Os valores pagos obedecerão à Tabela de Preços constante do item 12 deste Termo de Referência, estando neles incluídas todas as obrigações, tais como: impostos, taxas e demais retenções legais incidentes.

7.3.6. Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos (Listas Referenciais) poderão ser atualizados e republicados a qualquer tempo, vinculando os contratos então existentes a partir de sua publicação, tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SGSEDGGD/ME 65/2021.

7.3.6. É vedado a CREDENCIADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

7.4. Reajuste

7.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado após a publicação deste Edital de Chamamento Público.

7.4.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4.3. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CREDENCIANTE, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estando a sua aplicação regida pela legislação em vigor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4.4. Caso o índice estabelecido no item 7.3 deste contrato para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

8.1. Proporcionar todas as condições para que a CREDENCIADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Edital de Chamamento Público e seus anexos.

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com os termos do Edital de Chamamento Público e seus anexos.

8.3. Divulgar, aos agentes públicos em exercício na CREDENCIANTE e demais usuários, os locais aos quais devem se dirigir para se submeterem aos serviços de inspeção e perícia.

8.4. Gerir e fiscalizar os serviços médicos, procedendo a anotações de falhas detectadas, em registro próprio.

8.5. Notificar a CREDENCIADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.6. Proceder ao pagamento da CREDENCIADA nos prazos e condições estabelecidos no Edital de Credenciamento e seus anexos.

8.7. Orientar a CREDENCIADA visando incrementar a qualidade das ações e a resolver pendências e/ou eventuais conflitos na relação com estes.

8.8. Manter equipe técnica disponível para atender à CREDENCIADA com informações, esclarecimento de dúvidas e fornecimento de orientações, nos casos que assim os requeiram.

8.9. Decidir pelo credenciamento, no caso de descumprimento de qualquer termo do Edital de Credenciamento e seus anexos.

8.10. Recusar o pagamento dos serviços que não estiverem sendo prestados, de acordo com o proposto e contratado.

8.11. Disponibilizar as informações necessárias para o agendamento de videoconferências visando a realização de perícia médica por telessaúde.

9. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

9.1. Prestar serviços conforme estabelecido no Edital de Chamamento Público e seus anexos, bem como na legislação de regência.

9.2. Indicar o local da realização da prestação dos serviços, que deverá ser obrigatoriamente no perímetro urbano dos municípios onde estão localizados a Sede da DPGU e as Unidades da Defensoria Pública da União, conforme Relação de Endereços das Unidades da DPU, Anexo XI do Edital.

9.3. Realizar exames médico-periciais, conforme agendamento da CREDENCIANTE, nos agentes públicos da CREDENCIANTE e seus respectivos familiares, quando necessário, registrando os resultados com relação aos protocolos, laudos médicos e pareceres, conforme estabelecido no Edital de Credenciamento.

9.4. Emitir laudo pericial contendo conclusão, nome do perito oficial e registro no conselho de classe.

9.4.1. É vedada a referência ao nome ou natureza da doença, salvo quando estas forem produzidas por acidente em serviço, doença profissional, ou qualquer outra das doenças previstas no artigo 186, §1º, da Lei 8.112/1991;

9.4.2. Os peritos deverão ter inscrição no Conselho Regional de Medicina ou de Odontologia do Estado onde será realizada a avaliação por Junta Oficial. Quando for necessária a atuação do perito em unidade da federação distinta de seu registro profissional, deverão ser observadas as normas do Conselho de Medicina e Odontologia.

9.5. Disponibilizar ferramenta para assinatura digital do laudo pericial, que deverá ser utilizada obrigatoriamente em todas as modalidades durante a emissão do laudo pericial.

9.6. Caso o periciado esteja impossibilitado de locomover-se, deverá a CREDENCIADA realizar atendimento nas dependências hospitalares em que o periciado estiver internado, ou em sua residência, conforme o caso em questão.

9.7. Definir, com base nos exames apresentados a capacidade laborativa dos agentes públicos encaminhados para atendimento, emitindo seu parecer técnico.

9.8. Realizar as perícias médicas a fim de apurar as condições do ambiente de trabalho para o estabelecimento de condição de insalubridade nos locais estabelecidos pela CREDENCIANTE.

9.9. Encaminhar os laudos técnicos, atestados e pareceres médicos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data final da realização dos serviços.

9.9.1. Os médicos peritos deverão fundamentar a emissão de laudos e atestados nas disposições da Lei nº 8.112/1990, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

9.10. Apresentar Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data final de realização do serviço.

9.11. Solicitar informações e exames complementares ao periciando, bem como aos profissionais de saúde que o assistem, sempre que julgar necessário, respeitado o sigilo profissional e a legislação vigente.

9.12. Notificar das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, conforme art. 169, da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977.

9.13. Manter sigilo absoluto sobre suas observações e conclusões, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, em relação a qualquer assunto de interesse da CREDENCIANTE, ou de terceiros, de que venha a tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.

9.14. Observar as normas legais, portarias e protocolos que regem as inspeções médicas.

9.15. Comunicar à CREDENCIANTE, obrigatoriamente, a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

9.16. Manter-se atualizado acerca da legislação previdenciária, sobretudo na sua área de atuação.

9.17. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, os serviços prestados.

9.18. Integrar junta médica pericial e participar de respectiva reunião, sempre que convocado.

9.19. Observar as orientações e atualizações disponibilizadas pela CREDENCIANTE.

9.20. Permitir a fiscalização por agentes públicos designados pela CREDENCIANTE, prestando-lhes colaboração.

9.21. Desempenhar suas atividades com absoluta isenção de qualquer tipo de preconceito e com imparcialidade e autonomia.

9.22. Solicitar, no momento da inspeção, um documento de identificação civil com foto do agente público a ser periciado.

9.23. Conferir a comprovação de identidade do periciado ou familiar acompanhado, devendo este solicitar a confirmação dos dados de prontuário.

9.24. Comunicar à CREDENCIANTE quanto ao não comparecimento do agente público ou outro usuário à inspeção agendada.

9.25. Executar os serviços nas condições estipuladas no Edital de Chamamento Público nº xxx/2024 e seus anexos, observando os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis.

9.26. Manter todas as condições de habilitação e de qualificação técnica, exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver CREDENCIADA.

9.27. Comunicar ao CREDENCIANTE, por escrito e com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, os motivos de ordem técnica ou força maior que impossibilitem a execução parcial ou total dos serviços ou quando se verificarem condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

9.28. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços estabelecidos no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

9.29. Prestar prontamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CREDENCIANTE.

9.30. Encaminhar o servidor examinado para a rede pública de saúde (SUS) ou para a rede suplementar de assistência à saúde do agente público, na hipótese de detecção, quando da execução da perícia médica, de qualquer doença ou necessidade de avaliações clínicas/laboratoriais que não tenha relação com a doença ou acidente, que motivou a solicitação inicial da perícia, ocasionados pelo trabalho ou atividade exercida, por não se continuar agravo de natureza ocupacional.

9.31. Definir sobre a realização da perícia, com base nas modalidades previstas no §1º, do artigo 2º, do Decreto nº 11.255/2022.

9.32. Exigir o atendimento presencial para fins de perícia, em qualquer tempo, caso julgue necessário.

9.33. Dispor de computador ou outro dispositivo eletrônico, em local seguro, silencioso e iluminado, com acesso à internet, devidamente equipado com recursos de transmissão de vídeo, captação e reprodução de áudio, para a realização de perícia oficial na modalidade telessaúde,

9.34. Disponibilizar a plataforma de videoconferência, para atendimento do subitem anterior, e realizar o agendamento da perícia na modalidade telessaúde, a partir das informações disponibilizadas pela CREDENCIANTE.

9.35. Quanto às obrigações gerais:

9.35.1. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de *e-mail* para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

9.35.2. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da DPU relativas à segurança e proteção ambiental;

9.35.3. Obedecer às normas e recomendações em vigor, editadas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na sua área de atuação;

9.35.4. Não se prevalecer de qualquer erro involuntário ou omissão existente para eximir-se de suas responsabilidades;

9.35.5. Dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessários para a execução total dos serviços;

9.35.6. Assumir todas as responsabilidades pela atividade exercida, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras pessoas físicas ou jurídicas, inclusive para efeito da Lei n. 8.078, de 11.7.1990 (Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências – CDC);

9.35.7. Responder integralmente por perdas e danos que causar ao CREDENCIANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos ou empregados, independente de outras cominações legais a que estiver sujeita, sendo necessário processo administrativo prévio para caracterização da situação exposta;

9.35.8. Manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo do CREDENCIANTE, sendo vedada à CREDENCIADA, outra utilização que não seja objeto de contratação;

9.35.9. Cumprir as solicitações formais ou instruções complementares e os prazos previamente estabelecidos pela fiscalização para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e serviços, pertinentes à execução contratual;

9.35.10. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do CREDENCIANTE;

9.35.11. Cumprir, rigorosamente, a legislação aplicável e as obrigações estipuladas, sob pena de aplicação de sanção administrativa;

9.35.12. Deverá a CREDENCIADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme descrito no item 13 do Edital;

9.36. É vedado:

9.36.1. Possuir sócio detentor de poder decisório que tenha grau de parentesco com servidor ou membro da DPU. Porém, caso possua, deverá submeter o fato ao conhecimento do CREDENCIANTE, para análise e deliberação;

9.36.2. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CREDENCIANTE;

9.36.3. Utilizar o nome do CREDENCIANTE, ou sua qualidade de CREDENCIADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CREDENCIANTE;

9.36.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado sem prévia e expressa anuência do CREDENCIANTE;

9.36.5. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CREDENCIANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO PERICIADO

10.1. Apresentar atestado médico legível e sem rasuras no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contado da data de afastamento do periciado, contendo:

10.1.1. Nome completo do periciado, ou familiar, quando for o caso;

10.1.2. Data de emissão do documento;

10.1.3. Código da Classificação Internacional de Doenças – CID ou diagnóstico, sob pena de ser encaminhado à perícia independentemente do número de dias de afastamento;

10.1.4. Assinatura do profissional emitente e carimbo de identificação, com registro de classe, em sua forma eletrônica ou digital;

10.1.5. Tempo de afastamento.

10.2. Os atestados de acompanhamento de pessoa da família exigirão o prévio cadastramento do familiar no sistema autorizado de pessoal da Defensoria Pública da União.

10.3 Não havendo a indicação do Código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) deverá o servidor, familiar ou dependente legal, obrigatoriamente, submeter-se a perícia.

10.4 Ao periciado, assegura-se o direito de recusar a avaliação via telessaúde, devendo, nesse caso, optar pela perícia presencial e formalizar a recusa no momento da apresentação do atestado.

10.5. Recusar a especificação do diagnóstico em seu atestado, caso julgue necessário.

10.6. Na hipótese de que trata o item anterior, o periciado deverá obrigatoriamente ser submetido à perícia oficial, ainda que a licença não ultrapasse o prazo de 14 (quatorze) dias.

10.7. A não apresentação de atestado médico no prazo previsto, caracterizará falta de serviço, salvo por motivo justificado.

10.8. Apresentar toda documentação complementar necessária à perícia, contemplando ao menos:

10.8.1. Relatório médico ou odontológico;

10.8.2. Receituário;

10.8.3. Laudos e exames complementares.

10.9. Dispor de computador ou outro dispositivo eletrônico em local seguro, silencioso e iluminado, com acesso à internet, devidamente equipado com recursos de transmissão de vídeo, captação e reprodução de áudio, para a realização de perícia oficial na modalidade telessaúde;

10.10. Apresentar-se na plataforma de videoconferência de que trata o subitem anterior, disponibilizada pela CREDENCIADA.

10.11. Apresentar comprovação de identidade sua e de seu familiar válida, este último quando for o caso de licença para acompanhamento.

10.12. Prestar informações solicitadas pelo perito, tais como nome completo, matrícula SIAPE, CPF, e outras mais que se fizerem necessárias ao preenchimento de prontuário.

11. PROTEÇÃO DOS DADOS

11.1. Tendo em vista o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), na Resolução CNJ nº 363, de 12 de janeiro de 2021, bem com na Lei 13.787/2018, CREDENCIANTE e CREDENCIADA, deverão adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas de proteção de dados e confidencialidade.

11.1.1. A CREDENCIADA informará a CREDENCIANTE, quando solicitadas, as medidas de segurança, técnicas e administrativas empregadas com o objetivo de proteger os dados pessoais de situações acidentais ou ilícitas, de modo a impedir o acesso não autorizado, a alteração, perda, destruição, comunicação, difusão, ou qualquer outra forma de tratamento indevido, inadequado ou ilícito.

11.2. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste credenciamento, sendo observados:

11.2.1. A compatibilidade com a finalidade especificada;

11.2.2. O interesse público;

11.2.3. A regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

11.3. A CREDENCIADA deverá dar ciência aos seus clientes sobre a LGPD e garantir que possui todos os consentimentos e avisos para permitir a coleta, o uso, o acesso e a transferência legal de dados pessoais de seus clientes à CREDENCIADA imprescindíveis para a execução dos serviços objeto do presente credenciamento, em razão do disposto no artigo 7º da LGPD.

11.4. É vedado aos partícipes utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais, sejam eles físicos ou lógicos, que se originem, sejam criados ou que passe a ter acesso a partir da assinatura do termo de credenciamento, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o encerramento do instrumento.

11.5. Caso ocorra o acesso não autorizado, a alteração, perda, destruição, comunicação, difusão de dados, bem como qualquer outra forma de tratamento indevido, inadequado ou ilícito, sejam por situações acidentais ou ilícitas, a parte que primeiro tiver ciência do fato se obriga a notificar imediatamente a outra parte.

11.6. Na hipótese de violação e/ou divulgação de tais dados e/ou informações sem a devida autorização, inclusive por meio de atos praticados por terceiros que obtiverem o acesso aos dados e informações da CREDENCIANTE, estará a CREDENCIADA sujeita às penalidades legais, bem como ao reembolso de perdas e danos da CREDENCIANTE, apurados nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.7. Quando do encerramento do credenciamento, serão realizados os seguintes procedimentos pelos partícipes:

11.7.1. Transferência dos dados e informações a CREDENCIANTE, a critério deste;

11.7.2. Exclusão de dados e informações gerados ou recebidos, com exceção daqueles que devam ser preservados por determinação legal, somente após a sua transferência e confirmação de integridade e disponibilidade.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. Considerando os preços praticados no mercado, o presente objeto deste Termo de Referência está estimado em R\$ R\$ 565.394,18 (quinhentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos) para um período de 12 (doze) meses, perfazendo uma quantia de R\$ 2.826.970,90 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil novecentos e setenta reais e noventa centavos) para 60(sessenta) meses.

12.2. A CREDENCIANTE realizará o pagamento unitário de cada procedimento, conforme os valores estipulados no quadro a seguir, a depender do procedimento e modalidade adotados:

ITEM	PROCEDIMENTO MÉDICO	MODALIDADE	QTDE ESTIMADA DE SERVIÇOS ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR 12 MESES	VALOR 60 MESES
1	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	PRESENCIAL	217	R\$ 805,02	R\$ 174.689,34	R\$ 873.446,70

2	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	TELESSAÚDE	67	R\$ 805,02	R\$ 53.936,34	R\$ 269.681,70
3	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	ANÁLISE DOCUMENTAL	50	R\$ 805,02	R\$ 40.251,00	R\$ 201.255,00
4	Laudo para concessão de Adicional de Insalubridade	PRESENCIAL	25	R\$ 1.599,90	R\$ 39.997,50	R\$ 199.987,40
5	Exames Admissionais	PRESENCIAL	351	R\$ 90,00	R\$ 31.590,00	R\$ 157.950,00
6	Junta Oficial em Saúde (constituída por no mínimo 2 (dois) médicos ou 2 cirurgiões-dentistas)	PRESENCIAL	50	R\$ 1.300,00	R\$ 65.000,00	R\$ 325.000,00
7	Exame Médico Periódico - EMP	PRESENCIAL	1.777	R\$ 90,00	R\$ 159.930,00	R\$ 799.650,00
Valor Total da Contratação					R\$ 565.394,18	R\$ 2.826.970,90

13. PROIBIÇÃO DO NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO

13.1. É vedada a prestação de serviços por empregados da CREDENCIADA que sejam parentes até o terceiro grau de Membros ou Servidores da CREDENCIANTE, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre a CREDENCIADA ou entre estes órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.

13.2. É vedada à CREDENCIANTE a contratação de empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO CREDENCIADA

14.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.1.1. Documentação relativa à Habilitação Jurídica:

14.1.1.1. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.1.1.1.2. Empresário Individual: no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.1.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

14.1.1.1.4. Sociedade Empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.1.1.1.5. Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

14.1.1.1.5.1. A empresa estrangeira deverá, como condição prévia, comprovar a existência de representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente em nome da empresa, de acordo com a IN 03/2018, artigo 20-A, inciso III e o previsto no Caderno de Logística da Participação de Empresas Estrangeiras em Licitações Públicas.

14.1.1.1.6. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.1.1.1.7. Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

14.1.1.1.8. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

14.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

14.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

14.1.2.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

14.1.2.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.1.2.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.1.2.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da INTERESSADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.1.2.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da INTERESSADA, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.1.2.1.7. Caso a INTERESSADA seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.1.2.1.8. A INTERESSADA enquadrada como microempresendedora individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

14.1.2.1.9. Alvará Sanitário do(s) local(is) da prestação dos serviços, quando aplicável;

14.1.2.1.10. Registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando aplicável.

14.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

14.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da INTERESSADA, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, com fulcro no artigo 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021, ou de sociedade simples;

14.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da INTERESSADA - Lei nº 14.133, de 2021, artigo 69, caput, inciso II.

14.1.4. Qualificação Técnica:

14.1.4.1. Declaração de que a INTERESSADA tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- 14.1.4.2. Registro da instituição no Conselho Regional, do local de atuação, da respectiva categoria profissional;
- 14.1.4.3. Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional competente, da localidade de atuação;
- 14.1.4.4. Cópia do comprovante de inscrição do Responsável Técnico (RT) no Conselho Regional;
- 14.1.4.5. Cópia do Diploma e do Título de Especialista do Responsável Técnico (RT).

14.2. A solicitação de credenciamento deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades com a documentação solicitada neste Edital e seus Anexos, preferencialmente em papel timbrado próprio da INTERESSADA, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital - FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO E CONCORDÂNCIA COM AS NORMAS DO EDITAL, contendo a relação de serviços a que se candidata.

14.3. Declaração de Aceitação das Tabelas de Preços adotadas neste Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo VII do Edital.

14.4. Declaração de conhecimento e cumprimento da lei geral de proteção de dados – LGPD, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital.

14.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, conforme modelo constante do Anexo VIII do Edital.

14.6. Declaração de que inexistente fato impeditivo à sua contratação, conforme item 8.11 da IN MARE nº 5, de 21 de julho de 1995, conforme modelo constante do Anexo IX do Edital.

14.7. Os peritos deverão ter inscrição no Conselho Regional de Medicina ou de Odontologia do Estado onde será realizada a avaliação por Junta Oficial. Quando for necessária a atuação do perito em unidade da federação distinta de seu registro profissional, deverão ser observadas as normas do Conselho de Medicina e Odontologia.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOELMA MARIA DE SOUSA BEZERRA FEITOSA

Secretaria de Gestão de Pessoas



Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 10:56:12.

JACIARA DE MORAIS FERREIRA

Coordenadora de Pregões e Concorrências



Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 09:59:57.

VANESSA MARCAL VAUCHER



Assinou eletronicamente em 22/10/2025 às 15:05:51.

ALCILEA ALVES DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/10/2025 às 08:11:37.

MARILIA SOARES ARANTES DE MELLO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/10/2025 às 08:11:32.

ALLAN SANTIAGO FERREIRA DE CASTRO

Coordenador de Administração de Pessoal



Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 13:45:45.

MARIA APARECIDA FURTADO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 08:52:28.

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Estudo Técnico Preliminar 82/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08038.000768/2023-62

2. Descrição da necessidade

Credenciamento Perícia Médica

2.1. O levantamento do mercado está diretamente relacionado à disponibilidade de empresas, pessoas jurídicas e Organizações Cíveis de Saúde - OCS, especializadas para prestação de serviços de medicina do trabalho, bem como para prestação de serviços de perícia médica para atender as necessidades das Unidades da Defensoria Pública da União, com vistas à homologação de atestados médicos, realização de Perícias Oficiais Singulares e/ou Junta Médica Oficial em Saúde e a produção de Laudo Oficial de Perícia e Relatórios e Pareceres, de Defensores Públicos e servidores da DPU, bem como a realização de Exames Médicos Periódicos- EMP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Gestão de Pessoas	JOELMA MARIA DE SOUSA BEZERRA FEITOSA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação do serviço em questão se classifica como de natureza continuada, de caráter complementar, sob o regime de execução indireta, e se enquadra na inexigibilidade de licitação de Organizações Cíveis de Saúde – OCS e Profissionais de Saúde Autônomos – PSA, para a prestação de serviços de medicina do trabalho, mediante credenciamento, vinculado a ato de chamamento público, destinado a pré-qualificar todos os interessados que preencham os requisitos e preços previamente definidos pela administração, devendo observar os seguintes requisitos, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, art. 79 e Decisão 656/95 – plenário, do TCU: (Contratos tem modelo)

4.1.1. Ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, podendo também a administração se valer, suplementarmente e a qualquer tempo, com vista a ampliar o universo de CREDENCIADAS, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional;

4.1.2. Fixação dos critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais e clínicas que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento;

4.1.3. Fixação, de forma criteriosa, da tabela de preços que remunerará os diversos itens de serviços médicos e laboratoriais e os critérios de reajustamento, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados;

4.1.4. Consignação de vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex.) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados;

4.1.5. Estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados;

4.1.6. Permitir o credenciamento no período definido pela CREDENCIANTE, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas.

4.1.7. Previsão da possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;

4.1.8. Possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento;

4.1.9. Fixação das regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento; e

4.1.10. O prazo de vigência do credenciamento é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura do contrato, com publicação no sítio eletrônico <https://www.dpu.def.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Justificativa e Objeto da Contratação

5.1. A Defensoria Pública da União – DPU, órgão essencial a prestação jurisdicional aos necessitados, possui em seu quadro funcional defensores e servidores, ativos e inativos, que em virtude do serviço ou de situações relacionadas a esse, necessitam de homologação de atestado médico, dias de afastamento para tratamento da própria saúde, de acompanhamento de doença a pessoas da família.

5.2. A DPU em diversas ocasiões, tentou por meio de convênios ou Termos de Cooperação Técnicas com outros órgãos da esfera federal e/ou estadual, estabelecer serviço de atendimento ao periciado, homologação de atestados médicos aos seus servidores e defensores quando necessário. Entretanto estes convênios não foram realizados ou mantidos, seja por negativa do órgão que possui o atendimento à saúde do servidor, seja por ineficiência dos serviços, conforme parágrafo único, do art. 6º, do Decreto nº 7.003, de 9 de novembro de 2009.

5.3. A legislação exige que os servidores e defensores quando acometidos por enfermidades devam ser submetidos a perícia oficial em saúde que é o ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada na presença do servidor por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado. A perícia oficial em saúde produz informações para fundamentar as decisões da administração no tocante ao disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores.

5.4. Além disso, quando houver situações que não seja obrigatório a realização da Perícia Oficial em saúde, torna-se documento hábil e suficiente o atestado médico, desde que contenha a Classificação Internacional de Doenças - CID, para justificar as faltas do servidor ou defensor para tratamento de saúde, porém sendo necessário sua homologação por médico especializado em saúde do trabalho, todavia a Defensoria Pública da União não possui em seu quadro funcional médicos para o desempenho dessa função, portanto este serviço de homologação torna-se precário para a DPU, ocasionando prejuízo aos membros deste órgão.

5.5. Diante dessa situação, torna-se necessário o credenciamento por meio do chamamento público a nível nacional, uma vez que a DPU possui cerca de 70 (setenta) unidades distribuídas pelo Brasil, sendo serviço indispensável ao bem-estar de seus agentes públicos, ativos e inativos e seus dependentes. Com esse modo de contratação, busca-se atingir o maior número possível de pessoas jurídicas e/ou pessoa física habilitadas ao cumprimento do objeto.

6. Levantamento de Mercado

6.1. As interessadas em participar do credenciamento deverão ter capacidade técnica para a prestação parte dos serviços, ou serviços integrais de perícias médicas nas seguintes especialidades: médicos e cirurgiões-dentistas.

6.2. Para os devidos fins, define-se:

6.2.1. Perito Oficial: é o médico ou cirurgião-dentista que realiza ato pericial com o objetivo de subsidiar a Administração Pública Federal na formação de juízos a que está obrigada. É responsável pelo estabelecimento da correlação entre o estado mórbido e a capacidade laborativa do servidor, assim como pelo nexos entre a morbidade e o trabalho. Tem o dever precípua de ajudar a fundamentar as decisões administrativas;

6.2.2. Perícia Oficial: é a avaliação técnica realizada por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado, destinada a fundamentar decisões da administração;

6.1.3. Perícia Oficial Singular: é a avaliação técnica realizada por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado;

6.1.4. Junta Médica Oficial: é a perícia oficial realizada por no mínimo 2 (dois) médicos ou 2 (dois) cirurgiões-dentistas.

6.2. Os serviços serão realizados de forma híbrida, nos moldes do Decreto nº 11.255, de 9 de novembro de 2022 e Portaria SGP/SEDGG /ME nº 10.671, de 15 de dezembro de 2022 e, respeitadas as seguintes modalidades:

6.2.1. Avaliação presencial;

6.2.2. Avaliação por meio de telessaúde, quando expressamente autorizada pelo servidor;

6.2.3. Análise documental.

6.3. Compete a CONTRATANTE definir a modalidade de realização da perícia oficial, sendo opcional a utilização pela modalidade telessaúde, quando essa aplicável ao caso e for aceita pelo periciado;

6.4. As modalidades telessaúde e análise documental poderão ser realizadas somente nos casos em que houver:

6.4.1. Avaliações técnicas que não envolvam análise de capacidade laborativa ou invalidez;

6.4.2. Licença para acompanhamento de doença em pessoa da família que não ultrapassem 30 (trinta) dias corridos.

6.5. Quando o tempo de espera para a realização de perícia superar o prazo de 30 (trinta) dias corridos do envio do atestado, poderá ser realizada a perícia nas modalidades análise documental.

6.6. Fica vedada a análise documental quando os períodos de licença para tratamento de saúde ou acompanhamento de familiar forem superiores a 60 (sessenta) dias, dentro do período de 12 (doze) meses.

6.7. A modalidade telessaúde poderá ser realizada quando o prazo das licenças para tratamento de saúde do servidor ou acompanhamento de familiar **não** ultrapassar o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses.

6.8. A impossibilidade de realização de perícia oficial mediante telessaúde, ensejará a realização de perícia presencial.

6.9. A perícia oficial por telessaúde ocorrerá em ambiente adequado e por meio de sistema de registro eletrônico fechado, garantindo-se a privacidade e o sigilo das informações, sendo vedado todo e qualquer tipo de gravação de áudio e vídeo, conforme preceituam os Códigos de Ética da Medicina e da Odontologia.

6.10. A qualquer momento, caso julgue necessário, a equipe multiprofissional poderá usar o recurso da telessaúde para avaliações complementares.

6.11. É dispensada a perícia oficial, sendo necessária apenas a homologação da chefia, nos casos em que o atestado médico ou odontológico for:

6.11.1. De no máximo 14 (catorze) dias corridos para tratamento da própria saúde, ou 14 (catorze) dias corridos para acompanhamento de familiar;

6.11.2. Não ultrapasse o período de 15 (quinze) dias para tratamento da própria saúde, ou quando a somatória dos atestados for inferior a 15 dias para acompanhamento de familiar não ultrapassar o período máximo de 14 (quatorze) dias;

6.11.3. Para a dispensa de perícia de que trata o subitem anterior, deverá ser considerado o somatório de licenças para tratamento de saúde dos últimos 12 (doze) meses.

6.12. A Perícia Oficial é obrigatória quando:

6.12.1. For apresentado atestado de 15(quinze) dias ou mais consecutivos ou não, para tratamento de própria saúde, ou 15 (quinze) dias ou mais consecutivos ou não, para acompanhamento de familiar;

6.12.2. Após 15 (quinze) dias de afastamento do servidor para tratamento da própria saúde, a contar do somatório dos atestados inferiores a 15 (quinze) dias, no período de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia do seu afastamento;

6.12.3. Quando houver(em) atestado(s) de até 120 (cento e vinte) dias para tratamento da própria saúde, sendo obrigatório nesse caso, a avaliação por meio de Perícia Médica Oficial Singular;

6.12.4. Quando houver(em) atestado(s) que ultrapasse(m) o período de 120 (cento e vinte) dias para tratamento da própria saúde, sendo obrigatório nesse caso, a avaliação por meio de Junta Médica Oficial;

6.12.5. Quando houver(em) atestado(s) de 01 (um) a 03 (três) dias que ultrapasse(m) o período de 14 (quatorze) dias para acompanhamento de familiar;

6.12.6. Para a obrigatoriedade de perícia de que tratam os subitens 6.12.1 a 6.12.5, deverá ser considerado o somatório de licenças para tratamento de saúde dos últimos 12 (doze) meses.

6.14. Visando o atendimento das necessidades da CREDENCIANTE, a prestação dos serviços médicos especializados deve possibilitar a realização de:

6.14.1. Perícia médica para validação/homologação dos atestados médicos apresentados pelos defensores e servidores, ativos e inativos, e seus respectivos dependentes, que ensejam em afastamento de suas funções, bem como para apurar as condições do ambiente de trabalho, a fim de estabelecer a condições de insalubridade;

6.14.2. Validação mediante análise de exames, laudos, receituários médicos e outros, objetivando a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, buscando detectar a necessidade de acompanhamento em virtude do estado clínico em que se encontre o familiar;

6.14.3. Inspeção médica para avaliação e validação dos exames admissionais em razão de concurso público e/ou processo seletivo, com competente emissão de atestado de saúde considerando o candidato apto ou inapto para o cargo, observadas as regras do Edital do concurso público respectivo;

6.14.4. Constituição de junta médica pericial;

6.14.5. Exame admissional, obedecidas às normas da Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina.

6.15. As perícias oficiais decorrentes de licença para tratamento odontológico deverão obrigatoriamente ser realizadas por cirurgiões-dentistas.

6.16. A prestação dos serviços dar-se-á, a único e exclusivo critério, conforme a necessidade da CREDENCIANTE.

6.17. Havendo impossibilidade de locomoção por parte do periciado ou familiar, será realizada a perícia oficial nas instalações hospitalares em que o periciado ou seu familiar estiver internado, ou em sua residência, conforme o caso.

6.18. Havendo empate sobre a realização de perícia mediante junta médica, será convocado outro profissional da área para proferir voto de qualidade.

6.19. As perícias oficiais cuja origem seja decorrente ou indicativa de acidente em serviço ou doença ocupacional, serão obrigatoriamente realizadas de forma presencial.

6.20. A Perícia médica a fim de conceder adicional de insalubridade aos servidores deverá ser realizada presencialmente, com a verificação do local de trabalho.

6.21. Ao periciado é admitida a possibilidade de impetrar recurso contra decisão pericial, que será reavaliada pelo mesmo perito ou junta que deu a decisão em comento.

6.21.1. Caso seja mantido a decisão de nova perícia realizada no recurso de que trata o subitem anterior, caberá ao periciado buscar vias não administrativas, a fim de que sua situação seja reavaliada por perito ou junta médica distinta da que fez a análise anterior.

6.21.2. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

6.21.3. A avaliação pericial na reconsideração e no recurso deve ser realizada de forma presencial obrigatoriamente.

6.22. Os serviços serão computados por procedimento executado, devendo a CREDENCIADA emitir e encaminhar à CREDENCIANTE o laudo pericial/atestado conclusivo ou outra documentação pertinente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da realização dos serviços, respeitando os demais prazos legais.

6.23. São consideradas etapas obrigatórias para cumprimento de um serviço pela CREDENCIADA:

6.23.1. Atendimento à convocação nos termos do Edital de Credenciamento e seus anexos;

6.23.2. Pontualidade quanto ao horário, presença no local determinado, observando-se as recomendações de boa técnica, normas e legislações pertinentes;

6.23.3. Emissão e encaminhamento dos laudos, atestados e pareceres decorrentes dos serviços realizados;

6.24. Fica vedado ao médico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina:

6.24.1. Realizar exame médico ocupacional, com recursos de telessaúde, sem o exame presencial do trabalhador;

6.24.2. Assinar Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) em branco;

6.24.3. Emitir ASO sem que esteja familiarizado com os princípios da patologia ocupacional e suas causas, bem como com o ambiente, as condições de trabalho e os riscos a que está ou será exposto cada trabalhador;

6.24.4. Deixar de registrar no prontuário médico do trabalhador todas as informações referentes aos atos médicos praticados;

6.25. A CREDENCIADA não poderá efetuar qualquer tipo de cobrança de taxa ou diferenças relativas aos serviços prestados aos servidores encaminhados, sob qualquer pretexto.

6.26. A execução dos serviços está condicionada a assinatura do Termo de Contrato, que deverá estar disponibilizado como anexo do Edital.

6.27. É vedada a realização de inspeções médicas, assim como a participação em junta médica, pela CREDENCIADA quando o agente público a ser atendido se identifique, relativamente à sua pessoa, como cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º (terceiro) grau, e quando o paciente esteja ou já tenha estado sob seus cuidados profissionais.

6.28. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas, salvo em se tratando de caso fortuito ou motivo de força maior a ser analisada pela CREDENCIANTE.

6.29. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre a CREDENCIADA e a CREDENCIANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.30. A execução dos serviços está condicionada à solicitação prévia por parte da CREDENCIANTE, a qual se dará mediante a emissão de Ordem de Serviço, devendo ser atendida nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

6.31. Uma vez acionada, a CREDENCIADA fica obrigada a prestar os serviços para os quais se credenciou nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

6.32. As definições omissas neste instrumento, devem ser conferidas MANUAL DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE PERÍCIAS MÉDICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, Anexo XII do Edital.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. O levantamento do mercado está diretamente relacionado à disponibilidade de empresas, pessoas jurídicas e Organizações Cíveis de Saúde - OCS, especializadas para prestação de serviços de medicina do trabalho, bem como para prestação de serviços de perícia médica para atender as necessidades das Unidades da Defensoria Pública da União, com vistas à homologação de atestados médicos, realização de Perícias Oficiais Singulares e/ou Junta Médica Oficial em Saúde e a produção de Laudo Oficial de Perícia e Relatórios e Pareceres, de Defensores Públicos e servidores da DPU, bem como a realização de Exames Médicos Periódicos- EMP.

7.2. Os serviços estão condicionados ao preenchimento das condições e preços preestabelecidos pela Administração, cabendo à CREDENCIANTE a escolha do prestador de serviço de saúde, entre os profissionais ou instituições credenciadas, de acordo com a necessidade de cada caso.

7.3. O levantamento de mercado foi realizado atendendo às premissas estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

7.4. Em cumprimento ao que versa o § 1º, do art. 5º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, a pesquisa de preços foi realizada priorizando a obtenção de preços de outras contratações similares realizadas com a Administração, conforme versa o inciso II deste mesmo artigo, bem como também foram analisadas contratações decorrentes do Pannel de Preços e do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, segundo o inciso I.

7.5. A fim de aprimorar os resultados da pesquisa de mercado e alcançar maior quantidade de fontes de pesquisa distintas, incorporou-se à pesquisa mercadológica propostas de preços providas por fornecedores especializados nos serviços médicos pretendidos, de forma direta, com base no inciso IV, do art. 5º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

7.6. Deste modo, a pesquisa de mercado apresentou variações de preços, os quais foram expostos no Mapa Estimativo da Contratação - SEI nº 8148798, de onde foram obtidas as médias de cada serviço pretendido, conforme preços praticados pelo mercado.

7.7. A escolha do processo administrativo de Inexigibilidade de Licitação, com a utilização do sistema de credenciamento, de forma complementar, atenderá nas melhores condições, pois permitirá a contratação irrestrita de todos os interessados habilitados, nas mesmas condições, sem que haja concorrência entre eles, atendendo, dessa forma, às condições legais ensejadoras da exceção à regra de observância prévia de procedimentos licitatórios, considerando as particularidades que se reveste o procedimento, em consonância com a Decisão 656/95 – plenário, do TCU, que estabelece que o processo de credenciamento deve atender aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	PROCEDIMENTO MÉDICO	MODALIDADE	QTDE ESTIMADA DE SERVIÇOS ANUAL
1	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	PRESENCIAL	217
2	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	TELESSAÚDE	67
3	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	ANÁLISE DOCUMENTAL	50
4	Laudo para concessão de Adicional de Insalubridade	PRESENCIAL	25
5	Exames Admissionais	PRESENCIAL	351
6	Junta Oficial em Saúde (constituída por no mínimo 2 (dois) médicos ou 2 cirurgiões-dentistas)	PRESENCIAL	50
7	Exame Médico Periódico - EMP	PRESENCIAL	1.777

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.826.970,90

9.1. Considerando os preços praticados no mercado, o presente objeto deste Termo de Referência está estimado em R\$ R\$ 565.394,18 (quinhentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos) para um período de 12 (doze) meses, perfazendo uma quantia de R\$ 2.826.970,90 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil novecentos e setenta reais e noventa centavos) para 60(sessenta) meses.

9.2. A CREDENCIANTE realizará o pagamento unitário de cada procedimento, conforme os valores estipulados no quadro a seguir, a depender do procedimento e modalidade adotados:

ITEM	PROCEDIMENTO MÉDICO	MODALIDADE	QTDE ESTIMADA DE SERVIÇOS ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR 12 MESES	VALOR 60 MESES
1	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	PRESENCIAL	217	R\$ 805,02	R\$ 174.689,34	R\$ 873.446,70
2	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	TELESSAÚDE	67	R\$ 805,02	R\$ 53.936,34	R\$ 269.681,70
3	Perícia Oficial Singular em Saúde (constituído de 1 (um) médico ou de 1 (um) cirurgião-dentista)	ANÁLISE DOCUMENTAL	50	R\$ 805,02	R\$ 40.251,00	R\$ 201.255,00
4	Laudo para concessão de Adicional de Insalubridade	PRESENCIAL	25	R\$ 1.599,90	R\$ 39.997,50	R\$ 199.987,40

5	Exames Admissionais	PRESENCIAL	351	R\$ 90,00	R\$ 31.590,00	R\$ 157.950,00
6	Junta Oficial em Saúde (constituída por no mínimo 2 (dois) médicos ou 2 cirurgiões-dentistas)	PRESENCIAL	50	R\$ 1.300,00	R\$ 65.000,00	R\$ 325.000,00
7	Exame Médico Periódico - EMP	PRESENCIAL	1.777	R\$ 90,00	R\$ 159.930,00	R\$ 799.650,00
Valor Total da Contratação					R\$ 565.394,18	R\$ 2.826.970,90

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Segundo previsão contida na Súmula 247, emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o qual dispõe:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

10.2. Todavia, para o credenciamento em pauta não se vislumbra a possibilidade de divisão dos itens, visto que o instrumento convocatório prevê o chamamento público para todos aqueles que se virem habilitados à execução dos serviços, não sendo cabível a seleção de qualquer procedimento separadamente.

10.3. Não há motivação, portanto, em se proceder o parcelamento do objeto, visto que não haverá disputa de participantes para a execução dos serviços. Deve-se observar, também, que tal medida deve ser técnica e economicamente viável.

10.4. Diante do exposto, o credenciamento em pauta será indivisível, cabendo a cada CREDENCIADA, o fornecimento integral dos serviços elencados no objeto dessa contratação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há e nem será necessária nenhuma contratação correlata ou interdependente para o emprego seguro e adequado do serviço da pretensa contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O credenciamento de empresas, pessoas jurídicas ou Organizações Cíveis de Saúde - OCS (hospitais, Clínicas especializadas, Laboratórios e outros) e Profissionais de Saúde Autônomos – PSA (médicos e demais profissionais liberais), tem em vista que a DPU não dispõe do cargo de médico no seu quadro funcional.

12.2. A Contratação possibilita a existência de prestadores em áreas diversas, podendo haver mais de um prestador por área, haja vista a necessidade permanente de atender demandas do dia a dia, sendo, em caráter complementar e por vezes, de maneira tempestiva.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A CREDENCIANTE almeja, com este chamamento público, credenciar prestadores, de forma continuada, a fim de atender, em tempo hábil, toda a demanda de saúde institucional.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Decorrente do objeto proposto e das modalidades de atendimento, encontra-se a necessidade de estruturar a divisão de saúde, organizar pontos focais nas unidades, otimizar o sistema de gestão de pessoas, além da disponibilização de ferramenta de videoconferência, a fim de atender a modalidade telessaúde.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não foram identificados impactos ambientais decorrentes deste credenciamento, pois a prestação do serviço de saúde será realizada dentro das instalações da Organização de Saúde Autônoma ou Consultórios dos Profissionais de Saúde Autônomos contratados /credenciados.

16. Legislação Aplicada

16.1. Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

16.2. Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

16.3. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

16.4. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

16.5. Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977;

16.6. Decreto nº 7.003, de 9 de novembro de 2009;

16.7. Decreto nº 9.507, de 2018;

16.8. Decreto nº 11.255, de 9 de novembro de 2022;

16.9. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;

16.10. Portaria GM/MS nº 2.567, de 25 de novembro de 2016;

16.11. Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.671, de 15 de dezembro de 2022;

16.12. Resolução nº 2.314/2022 do Conselho Federal de Medicina;

16.13. Resolução nº 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina;

16.14. Código de Ética Médica (VERSÃO DE 1988);

16.15. Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (Revisado pela Portaria nº 235, de 05 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 08.12.2014);

16.16. Manual de Rotinas e Procedimentos de Perícia Médica da Defensoria Pública da União.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Declaramos que o credenciamento de empresas, pessoas jurídicas ou Organizações Cíveis de Saúde - OCS para prestação de serviços de medicina do trabalho **é viável**, objetivando atender o público-alvo, defensores e servidores ativos e inativos e seus respectivos dependentes da Defensoria Pública da União - DPU a nível nacional.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALCILEA ALVES DA SILVA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



Assinou eletronicamente em 22/10/2025 às 07:48:14.

MARILIA SOARES ARANTES DE MELLO

CHEFE DA DIVISÃO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS MEMBROS, SERVIDORES E COLABORADORES DA DPU



Assinou eletronicamente em 22/10/2025 às 07:58:28.

ALLAN SANTIAGO FERREIRA DE CASTRO

ALLAN SANTIAGO FERREIRA DE CASTRO



Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 13:44:57.

MARIA APARECIDA FURTADO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 08:45:34.

JACIARA DE MORAIS FERREIRA

Coordenadora de Pregões e Concorrências



Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 09:56:02.

**ANEXO III – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E
CONCORDÂNCIA COM AS NORMAS DO EDITAL**

À Defensoria Pública-Geral da União

Chamamento Público nº xxxxx/205

_____ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº:
_____, sediada _____ (endereço
completo), por intermédio de seu representante legal, _____,
portador da carteira de identidade nº: _____ e do CPF nº: _____, para os
vem manifestar seu interesse no cadastramento junto a Defensoria Pública da União – DPU, com o
objetivo de firma convênio para prestar serviços de medicina do trabalho, bem como para prestação
de serviços de perícia médica para atender as necessidades das Unidades da Defensoria Pública da
União, com vistas à homologação de atestados médicos, realização de Perícias Oficiais Singulares
e/ou Junta Médica Oficial em Saúde e a produção de Laudo Oficial de Perícia e Relatórios e Pareceres,
de Defensores Públicos e servidores da DPU, bem como a realização de Exames Médicos Periódicos-
EMP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

Declaro conhecer e aceitar todas as condições estabelecidas no Edital em epígrafe. Para tanto,
apresento anexa, toda documentação da de habilitação.

Cidade – (UF), de _____ de 2025.

(nome e número da identidade do declarante)



ANEXO IV – MINUTA DO TERMO CREDENCIAMENTO

Processo nº 08038.000768/2023-62

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º XX/2025 DE EMPRESAS, PESSOAS JURÍDICAS E ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE - OCS, ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO, BEM COMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, COM VISTAS À HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS, REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS OFICIAIS SINGULARES E/OU JUNTA MÉDICA OFICIAL EM SAÚDE E A PRODUÇÃO DE LAUDO OFICIAL DE PERÍCIA E RELATÓRIOS E PARECERES, DE DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES DA DPU, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS - EMP, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E A EMPRESA _____.

A União por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, inscrita no CNPJ sob o N.º 00.375.114/0001-16, Setor Bancário Norte, Edifício Palácio da Agricultura, Bloco “F”, Quadra 01, CEP: 70040-908, Brasília-DF, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representada pelo(a) Secretário-Geral Executivo, Dr. VINICIUS FREIRE VINHAS, nomeado pela Portaria nº 193, de 02 de Fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União, Seção 02, nº 25, de 05 de fevereiro de 2024, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 88 de 14 de fevereiro de 2014 e Portaria nº 188 de Julho 2023 publicada no Boletim Eletrônico Interno da DPU – BEIDPU, de 20 de julho de 2023 – Edição nº 142, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com Sede _____, em _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ SSP/_____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, doravante denominada CREDENCIADA:

_____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, com sede na _____, representada pelo Senhor _____, brasileiro, inscrito no CPF sob o Nº _____ e no RG sob o Nº _____ – SSP/____, residente e domiciliado em _____. Conforme processo número 08038.000768/2023-62, em observância às disposições da Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do Chamamento Público Nº XX/2025, bem como às cláusulas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Credenciamento de empresas, pessoas jurídicas e Organizações Cíveis de Saúde - OCS, especializadas para prestação de serviços de medicina do trabalho, bem como para prestação de serviços de perícia médica para atender as necessidades das Unidades da Defensoria Pública da União, com vistas à homologação de atestados médicos, realização de Perícias Oficiais Singulares e/ou Junta Médica Oficial em Saúde e a produção de Laudo Oficial de Perícia e Relatórios e Pareceres, de Defensores Públicos e servidores da DPU, bem como a realização de Exames Médicos Periódicos-EMP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do Termo de Credenciamento será de 60 (sessenta) meses contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico <https://www.dpu.def.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021, desde que haja vantagem e conveniência para a CREDENCIANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução e gestão do Contrato, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Chamamento Público nº xxxx/2025.

4. CLÁUSULA QUARTA – RESCISÃO DO TERMO DO CREDENCIAMENTO

4.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Credenciamento ou caso a CREDENCIADA não cumpra as regras, condições e exigências descritas no Edital do Chamamento ou no respectivo Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE registrará a ocorrência e poderá aplicar a medida de

advertência, de acordo com a natureza e gravidade da ocorrência, garantindo-se o direito ao contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras responsabilidades legais.

4.2. Constituem motivo para rescisão do convênio:

- 4.2.1. O não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos;
- 4.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos;
- 4.2.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CREDENCIADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Instrumento, salvo prévia autorização;
- 4.2.4. O desatendimento das determinações regulares emendas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 4.2.5. O cometimento reiterado de falhas na sua execução;
- 4.2.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 4.2.7. A dissolução da CREDENCIADA;
- 4.2.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CREDENCIADA, que prejudique a execução deste Instrumento;
- 4.2.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CREDENCIANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Instrumento;
- 4.2.10. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Instrumento;
- 4.2.11. Os casos de rescisão do Credenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

4.3. A rescisão do Termo do Credenciamento poderá ser:

- 4.3.1. Determinado por ato unilateral e escrito da CREDENCIADA, nos casos enumerados nos subitens 4.2.;
- 4.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para a CREDENCIANTE;
- 4.3.3. Judicial nos termos da legislação.

4.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4.5. Quando a rescisão ocorrer com base no inciso 4.2.10 sem que haja culpa da CREDENCIADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução deste Termo Credenciamento até a data da rescisão.

4.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais poderá acarretar indenizações, bem como a retenção dos créditos decorrentes deste Instrumento, até o limite dos prejuízos causados à CREDENCIANTE, além das sanções previstas neste Instrumento.

4.7. Este Termo de Credenciamento poderá ser cancelado ou descontinuado pela CREDENCIANTE, mediante prévio aviso de no mínimo 30 (trinta) dias, sem que caiba o direito a qualquer indenização à CREDENCIADA.

4.8. A CREDENCIADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recorrer da medida aplicada, contados a partir da notificação formal sobre a aplicação de advertência ou da rescisão do credenciamento.

4.9. A aplicação da medida não desobriga a CREDENCIADA de corrigir a falha que lhe deu origem.

5. CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas do Termo de Credenciamento.

5.2. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.3. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à CREDENCIADA para o cumprimento do objeto do credenciamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

6.1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CREDENCIANTE.

6.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços.

6.3. Corrigir, no todo ou em parte, a execução de serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pelo fiscal do Contrato.

6.4. Comunicar oficialmente ao CREDENCIANTE a ocorrência de qualquer irregularidade, bem como as providências a serem tomadas.

- 6.5. Comunicar-se com o CREDENCIANTE preferencialmente por meio de documentos oficiais por escrito ou formato digital.
- 6.6. Solicitar formalmente e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CREDENCIANTE.
- 6.7. Atender aos chamados do CREDENCIANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou outro que for fixado pela Administração em razão da urgência, contados do recebimento da comunicação oficial da ocorrência, sob pena de aplicação de sanções.
- 6.8. Colocar à disposição dos BENEFICIÁRIOS todas as suas agências, para fins de realização do objeto contratado.
- 6.9. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação, bem como apresentar documento comprobatório da condição de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Conselho Regional competente, devendo comunicar ao CREDENCIANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 6.10. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços contratados.
- 6.10.1. A inadimplência da CREDENCIADA com referência aos encargos previstos neste subitem, não transfere ao CREDENCIANTE a responsabilidade por seu pagamento (uma vez que inexiste qualquer VINCULAÇÃO da CREDENCIADA com o CREDENCIANTE em relação a essas obrigações), nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a sua execução.
- 6.11. Preservar o sigilo de todos os dados e informações a que tenha acesso, em decorrência do contrato firmado com o CREDENCIANTE, comprometendo-se a tomar as medidas necessárias à proteção dos dados e das informações, ficando responsável, no caso de quebra do sigilo, por eventual indenização em razão dos prejuízos causados por seus prepostos, mediante culpa ou dolo, conforme Termo de Confidencialidade, ANEXO V do Termo de Referência.
- 6.12. Indicar o local da realização da prestação dos serviços, que deverá ser obrigatoriamente no perímetro urbano dos municípios onde estão localizados a Sede da DPGU e as Unidades da Defensoria Pública da União, conforme Relação de Endereços das Unidades da DPU.

6.13. Realizar exames médico-periciais, conforme agendamento da CREDENCIANTE, nos agentes públicos da CREDENCIANTE e seus respectivos familiares, quando necessário, registrando os resultados com relação aos protocolos, laudos médicos e pareceres, conforme estabelecido no Edital de Credenciamento.

6.14. Emitir laudo pericial contendo conclusão, nome do perito oficial e registro no conselho de classe.

6.14.1. É vedada a referência ao nome ou natureza da doença, salvo quando estas forem produzidas por acidente em serviço, doença profissional, ou qualquer outra das doenças previstas no artigo 186, §1º, da Lei 8.112/1991.

6.15. Disponibilizar ferramenta para assinatura digital do laudo pericial, que deverá ser utilizada obrigatoriamente em todas as modalidades durante a emissão do laudo pericial.

6.16. Caso o periciado esteja impossibilitado de locomover-se, deverá a CREDENCIADA realizar atendimento nas dependências hospitalares em que o periciado estiver internado, ou em sua residência, conforme o caso em questão.

6.17. Definir, com base nos exames apresentados a capacidade laborativa dos agentes públicos encaminhados para atendimento, emitindo seu parecer técnico.

6.18. Realizar as perícias médicas a fim de apurar as condições do ambiente de trabalho para o estabelecimento de condição de insalubridade nos locais estabelecidos pela CREDENCIANTE.

6.19. Encaminhar os laudos técnicos, atestados e pareceres médicos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data final da realização dos serviços.

6.20. Apresentar Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data final de realização do serviço.

6.21. Solicitar informações e exames complementares ao periciando, bem como aos profissionais de saúde que o assistem, sempre que julgar necessário, respeitado o sigilo profissional e a legislação vigente.

6.22. Notificar das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, conforme art. 169, da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977.

6.23. Manter sigilo absoluto sobre suas observações e conclusões, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, em relação a qualquer assunto de interesse da CREDENCIANTE, ou de terceiros, de que venha a tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.

- 6.24. Observar as normas legais, portarias e protocolos que regem as inspeções médicas.
- 6.25. Comunicar à CREDENCIANTE, obrigatoriamente, a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.
- 6.26. Manter-se atualizado acerca da legislação previdenciária, sobretudo na sua área de atuação.
- 6.27. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, os serviços prestados.
- 6.28. Integrar junta médica pericial e participar de respectiva reunião, sempre que convocado.
- 6.29. Observar as orientações e atualizações disponibilizadas pela CREDENCIANTE.
- 6.30. Permitir a fiscalização por agentes públicos designados pela CREDENCIANTE, prestando-lhes colaboração.
- 6.31. Desempenhar suas atividades com absoluta isenção de qualquer tipo de preconceito e com imparcialidade e autonomia.
- 6.32. Solicitar, no momento da inspeção, um documento de identificação civil com foto do agente público a ser periciado.
- 6.33. Conferir a comprovação de identidade do periciado ou familiar acompanhado, devendo este solicitar a confirmação dos dados de prontuário.
- 6.34. Comunicar à CREDENCIANTE quanto ao não comparecimento do agente público ou outro usuário à inspeção agendada.
- 6.35. Executar os serviços nas condições estipuladas no Edital de Chamamento Público e seus anexos, observando os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis.
- 6.36. Manter todas as condições de habilitação e de qualificação técnica, exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver CREDENCIADA.
- 6.37. Comunicar ao CREDENCIANTE, por escrito e com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, os motivos de ordem técnica ou força maior que impossibilitem a execução parcial ou total dos serviços ou quando se verificarem condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.
- 6.38. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços estabelecidos no Edital de Chamamento Público e seus anexos.
- 6.39. Prestar prontamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CREDENCIANTE.
- 6.40. Encaminhar o servidor examinado para a rede pública de saúde (SUS) ou para a rede suplementar de assistência à saúde do agente público, na hipótese de detecção, quando da execução

da perícia médica, de qualquer doença ou necessidade de avaliações clínicas/laboratoriais que não tenha relação com a doença ou acidente, que motivou a solicitação inicial da perícia, ocasionados pelo trabalho ou atividade exercida, por não se continuar agravo de natureza ocupacional.

6.41. Definir sobre a realização da perícia, com base nas modalidades previstas no §1º, do artigo 2º, do Decreto nº 11.255/2022.

6.42. Exigir o atendimento presencial para fins de perícia, em qualquer tempo, caso julgue necessário.

6.43. Dispor de computador ou outro dispositivo eletrônico, em local seguro, silencioso e iluminado, com acesso à internet, devidamente equipado com recursos de transmissão de vídeo, captação e reprodução de áudio, para a realização de perícia oficial na modalidade telessaúde,

6.44. Disponibilizar a plataforma de videoconferência, para atendimento do subitem anterior, e realizar o agendamento da perícia na modalidade telessaúde, a partir das informações disponibilizadas pela CREDENCIANTE.

6.45 Quanto às obrigações gerais:

6.45.1. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de *e-mail* para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

6.45.2. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da DPU relativas à segurança e proteção ambiental;

6.45.3. Obedecer às normas e recomendações em vigor, editadas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na sua área de atuação;

6.45.4. Não se prevalecer de qualquer erro involuntário ou omissão existente para eximir-se de suas responsabilidades;

6.45.5. Dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessários para a execução total dos serviços;

6.45.6. Assumir todas as responsabilidades pela atividade exercida, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras pessoas físicas ou jurídicas, inclusive para efeito da Lei n. 8.078, de 11.7.1990 (Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências – CDC);

6.45.7. Responder integralmente por perdas e danos que causar ao CREDENCIANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos ou

empregados, independente de outras cominações legais a que estiver sujeita, sendo necessário processo administrativo prévio para caracterização da situação exposta;

6.45.8. Manter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos repassados, reconhecendo serem de propriedade e uso exclusivo do CREDENCIANTE, sendo vedada à CREDENCIADA, outra utilização que não seja objeto de contratação;

6.45.9. Cumprir as solicitações formais ou instruções complementares e os prazos previamente estabelecidos pela fiscalização para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e serviços, pertinentes à execução contratual;

6.45.10. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do CREDENCIANTE;

6.45.11. Cumprir, rigorosamente, a legislação aplicável e as obrigações estipuladas, sob pena de aplicação de sanção administrativa;

6.45.12. Deverá a CREDENCIADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme descrito no item 13 do Edital;

6.46. É vedado:

6.46.1. Possuir sócio detentor de poder decisório que tenha grau de parentesco com servidor ou membro da DPU. Porém, caso possua, deverá submeter o fato ao conhecimento do CREDENCIANTE, para análise e deliberação;

6.46.2. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CREDENCIANTE;

6.46.3. Utilizar o nome do CREDENCIANTE, ou sua qualidade de CREDENCIADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CREDENCIANTE;

6.46.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado sem prévia e expressa anuência do CREDENCIANTE;

6.46.5. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CREDENCIANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, a CREDENCIADA que:

- 7.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento;
 - 7.1.2. Dar causa à inexecução total do Termo de Credenciamento;
 - 7.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
 - 7.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 7.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para o credenciamento, quando convocada;
 - 7.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste chamamento público sem motivo justificado;
 - 7.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e prestar declaração falsa durante o chamamento público ou a execução do contrato;
 - 7.1.8. Fraudar este chamamento público ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 7.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 7.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste chamamento público;
 - 7.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 7.2. A CREDENCIADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.2.1. Advertência por escrito, em decorrência de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 7.2.2. Advertência por escrito, em decorrência de faltas graves, assim entendidas como aquelas que acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 7.2.3. Desativação temporária, por período não inferior a 30 (trinta) dias, a qual será aplicada quando descumpridas quaisquer das obrigações previstas no item 15.1 deste Edital, o que impedirá o processamento de novas consignações ou acréscimo às já existentes até que seja regularizada a situação que ensejou a sua aplicação;
 - 7.2.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CREDENCIADA serão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

7.2.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

7.2.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

7.2.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CREDENCIADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

7.2.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CREDENCIANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

7.2.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.3. A CREDENCIADA que cometer qualquer das infrações administrativas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a CREDENCIANTE poderá, nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, observando a gravidade das faltas cometidas, aplicar as seguintes sanções:

7.3.1. A **Advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do artigo 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.3.2. A **Multa**:

7.3.2.1. Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021;

7.3.2.1.1. Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de até 15% do valor do contrato licitado;

7.3.2.1.2. Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de até 30% do valor do contrato licitado.

7.3.2.2. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total de sua proposta a empresa participante que tenha conduta ilícita no certame, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste instrumento convocatório;

7.3.2.3. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo determinado pela CREDENCIANTE, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste instrumento convocatório;

7.3.2.4. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela inexecução total do objeto contratado, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à CREDENCIANTE;

7.3.2.5. Moratória no percentual correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a extinção do contrato;

7.3.2.6. Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total contratado, pela inadimplência além do prazo acima;

7.3.2.7. Moratória no percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Termo de Contrato por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia, até o limite máximo de 2% (dois por cento), o que poderá ensejar a extinção do contrato;

7.3.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7.3.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CREDENCIANTE a CREDENCIADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente com previsão no artigo 156, §8º da Lei 14.133 /2021;

7.3.2.10. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação com fulcro no artigo 157 da Lei 14.133/2021;

7.3.2.11. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

7.3.2.12. Além da multa prevista no subitem 7.3.2 pelo descumprimento obrigações contratuais a CONTRATANTE aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% sobre o valor mensal do contrato

03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% sobre o valor mensal do contrato

	INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	06
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por unidade de atendimento.	06
03	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
06	Obter Índice de Avaliação de Serviço (IAS) menor do que 50%, por ocorrência.	01
07	Obter Índice de Avaliação de Serviço (IAS) menor do que 40%, por ocorrência.	03
08	Obter Índice de Avaliação de Serviço (IAS) menor do que 30%, por ocorrência.	05
09	Atingir Índice de Satisfação do Dono do Produto (ISDP) menor do que 40%, por ocorrência.	02

10	Atingir Índice de Satisfação do Dono do Produto (ISDP) menor do que 30%, por ocorrência.	04
11	Atingir Índice de Satisfação do Dono do Produto (ISDP) menor do que 20%, por ocorrência.	06
12	Atingir Índice de Ocupação dos Postos de Trabalho (IOPT) menor do que 50%, por ocorrência.	04
13	Atingir Índice de Ocupação dos Postos de Trabalho (IOPT) menor do que 25%, por ocorrência.	06

Para os itens a seguir, deixar de:

14	Zelar pelas instalações da DPU utilizadas, por item e por dia.	03
15	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	02
16	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	01
17	Entregar os salários, vales-transportes e/ou tíquete-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.	02
18	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.	06
19	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
20	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

7.3.2.13. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CREDENCIADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão;

7.3.2.14. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CREDENCIADA juntamente com a de multa.

7.3.2.15. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia contratual prestada, além da perda desta, responderá a CREDENCIADA adjudicatária pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrado judicialmente;

7.3.2.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a CREDENCIADA será descredenciada pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, e das demais cominações Legais;

8. CLÁUSULA OITAVA – CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Termo de Credenciamento serão decididos pela CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022 e demais regulamentos e normas administrativas cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES

9.1. As alterações deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CREDENCIANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme artigo 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Registros que não caracterizam alteração do Termo podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

10.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao artigo 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Credenciamento, depois de lido e achado em ordem, **vai assinado eletronicamente pelas partes.**

11.3. E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

ANEXO V – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, doravante designada simplesmente CREDENCIADA, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, com sede em _____, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela (o) _____ e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, conforme documentação comprobatória de vínculo anexo, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade é prover a necessária e adequada proteção às informações de acesso restrito de propriedade exclusiva da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, reveladas à CREDENCIADA, em função de possível prestação de serviços a serem realizados;
2. A expressão “informações de acesso restrito” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, contendo ela ou não rótulo de classificação quanto ao sigilo, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros, a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venham a CREDENCIADA ter acesso em razão de possível prestação de serviços a serem realizados;
3. A CREDENCIADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, das informações de acesso restrito reveladas;
4. A CREDENCIADA compromete-se a não utilizar de forma diversa da prevista neste Termo as informações de acesso restrito reveladas;
5. A CREDENCIADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio;
6. A CREDENCIADA determinará a observância deste Termo de Confidencialidade a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam diretas ou indiretamente envolvidos com

a possível prestação de serviço, ficando ainda responsável pela fiscalização do cumprimento das condições constantes no instrumento firmado;

7. Os empregados, prepostos e prestadores de serviço da CREDENCIADA que terão acesso às informações da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO deverão ser imputáveis perante a lei;

8. A CREDENCIADA obriga-se a informar imediatamente à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, por escrito e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data e horário da ocorrência do incidente, qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo;

9. A CREDENCIADA devolverá imediatamente à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, ao término da possível realização dos serviços, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada de acesso restrito, nos termos do presente Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência de possível prestação de serviços com a DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO;

10. A CREDENCIADA estará sujeita, em caso de quebra do sigilo das informações de acesso restrito reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, por ação ou omissão, de eventuais sanções definidas em Lei aplicável ao caso, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo;

11. Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, permanece em vigor o dever de sigilo, tratado no presente Termo de Confidencialidade, após o término da possível prestação do serviço. Ademais, a CREDENCIADA ao ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e de que não utilizará deste para quaisquer divulgações futuras;

12. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações de acesso restrito da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

Por estar de acordo, a CREDENCIADA, por meio de seu representante legal, firma o presente Termo de Confidencialidade, lavrando em duas vias de igual teor e forma.



Brasília-DF, ____ de ____ de ____.

<REPRESENTANTE DA CREDENCIADA >

<Vínculo do representante com a CREDENCIADA >

RG:_____ CPF:_____

DE ACORDO: (Integrantes da equipe técnica da CREDENCIADA)

Nome:

RG:_____ CPF:_____



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DA LEI GERAL
DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**

A _____(empresa credenciada), inscrita no CNPJ nº _____(nº do CNPJ), com sede em _____(endereço), _____/_____(cidade/UF), declara conhecer e cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis que serão utilizados para a execução do credenciamento de empresas, pessoas jurídicas e Organizações Cíveis de Saúde - OCS, especializadas para prestação de serviços de medicina do trabalho, bem como para prestação de serviços de perícia médica para atender as necessidades das Unidades da Defensoria Pública da União, com vistas à homologação de atestados médicos, realização de Perícias Oficiais Singulares e/ou Junta Médica Oficial em Saúde e a produção de Laudo Oficial de Perícia e Relatórios e Pareceres, de Defensores Públicos e servidores da DPU, bem como a realização de Exames Médicos Periódicos- EMP.

_____, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS TABELAS DE PREÇOS E CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, _____, portador da carteira de identidade nº: _____ e do CPF nº: _____, DECLARA que:

1. O valor proposto para os serviços a serem contratados compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas, previstos:

- a) na Constituição Federal;
- b) nas leis trabalhistas vigentes;
- c) nas normas infralegais aplicáveis;
- d) nas convenções e acordos coletivos de trabalho; e
- e) nos termos de ajustamento de conduta eventualmente firmados, vigentes na data da apresentação deste requerimento de participação.

2. Declara, ainda, estar ciente de que o descumprimento desta obrigação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Edital de Chamamento Público.

Cidade – (UF), _____ de _____ de 2025.

(nome e número da identidade do declarante)

(nome e número do R.G. do declarante)



ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII, CF/88 E ART. 68º, INCISO VI DA LEI Nº 14.133, DE 1 DE ABRIL DE 2021

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, _____, portador da carteira de identidade nº: _____ e do CPF nº: _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da lei 14.133, de 1 de abril de 2021, acrescido pelo art. 7º, XXXIII, Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (catorze) anos de idade.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz. ()

Cidade – (UF), de de 2025.

(nome e número da identidade do declarante)

(nome e número do R.G. do declarante)



**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

_____ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n°:
_____, sediada _____ (endereço
completo), por intermédio de seu representante legal, _____,
portador da carteira de identidade n°: _____ e do CPF n°: _____, para os
fins de habilitação no Chamamento Público n°: XX/2025, DECLARA expressamente que, até a
presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame licitatório,
estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade – (UF), de _____ de 2025.

(nome e número da identidade do declarante)



ANEXO X – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DESCREDENCIAMENTO

Pelo presente, eu, _____(nome do representante legal), inscrito no CPF nº _____, como representante legal responsável pela empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ nº _____, situada em _____(endereço), _____/____(cidade/UF), registro o pedido voluntário de credenciamento desta empresa/profissional ao chamamento público nº ____/2025.

Declaro, para os devidos fins, que a empresa executou fielmente ao contrato firmado com a Defensoria Pública da União, bem como atesto conhecimento de que o efetivo credenciamento ocorrerá em período ininterrupto de até 30 (trinta) dias, onde essa empresa envidará esforços para realizar todos os atendimentos necessários para que nenhuma das partes seja prejudicada.

_____, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura

ANEXO XI – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

UF	UNIDADE/UF	ENDEREÇO
DF	Brasília/DF	Palácio da Agricultura, Bloco F, Quadra 01, Setor Bancário Norte, Brasília/DF (abaixo do teatro nacional, no mesmo prédio da CNN Brasil)
GO	Goiânia/GO	Av. B (Alfredo de Castro), esquina com Rua 05, Quadra B-O, Lote 07, s/n, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP: 74.110-030.
MT	Cáceres/MT	Rua Davi Atala, 314, bairro jardim Celeste, CEP 78210-901 Cáceres-MT
MT	Cuiabá/ Rondonópolis/MT	Rua Presidente Artur Bernardes, Bairro Duque de Caxias. CEP: 78.043-365
MS	Dourados/MS	Rua Cuiabá, 1482 - Centro - Dourados/MS
MS	Campo Grande/MS	Rua Eduardo Santos Pereira, n. 1186, Vila Cruzeiro, CEP 79010-030, Campo Grande/MS.
TO	Palmas/TO	Quadra 104 Sul, Rua SE 09, Lote 36, Centro, Palmas -TO, CEP 77020-024
AL	Maceió/AL	Rua Jangadeiros Alagoanos, nº 1481, Pajuçara, CEP: 57030-000, Maceió/AL. Próximo à praça Lyons, Bompreço e Caixa Econômica da Pajuçara.
AL	Arapiraca/AL	AL 220, nº 2225, Bairro Santa Esmeralda (em frente à Unidade de Emergência), Arapiraca/AL, CEP 57.312-025.
BA	Salvador/BA	Avenida Paulo VI, nº 844, Edifício Redenção Trade Center II, Bairro: Pituba, CEP: 41810-0001- Salvador-Ba
BA	Vitória da Conquista/BA	Rua Ministro Victor Nunes Leal, nº 96 - Qd. N, Lote 04 - Universitário, Vitória da Conquista - BA, 45031-903
BA	Feira de Santana/BA	Avenida Maria Quitéria, nº 1977, Ed. Safira Center, 3º andar, Ponto Central CEP: 44.075-005 - Feira de Santana/BA
CE	Fortaleza/CE	Rua Costa Barros, 1227, bairro Aldeota, CEP 60.160-281, Fortaleza/CE.
CE	Sobral/CE	DPU/Sobral: Rua Viriato de Medeiros, 1295 - Centro, Sobral - CE, 62011-065.
CE	Juazeiro do Norte/CE	Avenida Maria Letícia Leite Pereira, Cidade Universitária, S/N - Núcleo de Prática Jurídica da UniLeão.

PI	Teresina/PI	Rua Rio Grande do Sul, nº 585 – Piçarra CEP: 64.014-155 - Teresina/PI
PB	Campina Grande/PB	Rua Capitão João Alves de Lira, nº 864, Bairro da Prata CEP: 58.400-560 - Campina Grande/PB
PB	João Pessoa/PB	Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2020, Expedicionários, João Pessoa/PB
PE	Caruaru/PE	Praça Pedro de Souza, nº 02, Bairro Nossa Senhora das Dores CEP: 55.002-110, Caruaru/PE
PE	Recife/PE	DPU Recife/PE - Av. Manoel Borba, nº 640, Boa Vista, Recife/PE. Cep 50.070-045
PE	Petrolina/PE e Juazeiro/BA	Rua Engenheiro Carlos Pinheiro, nº 275, Centro, Petrolina-PE, CEP: 56.304-070.
RN	Mossoró/RN	Avenida Alberto Maranhão, 1927 - Centro, Mossoró/RN, 59610-240. Shopping Lisboa Center, 1º andar.
RN	Natal/RN	Av. Alexandrino de Alencar, 663, Alecrim, CEP 59.030-350, Natal/RN
MA	São Luís/MA	Rua Anapurus, Quadra 36, nº 18 - Bairro Renascença II - CEP 65075-670 - São Luís - MA
SE	Aracaju/SE	Av. Tancredo Neves, 306, Bairro Jardins. CEP: 49.025-620 - Aracaju/SE
AC	Rio Branco/AC	Rua Milton Matos Nº 700 - Bairro Bosque - CEP: 69.900-634 - Rio Branco/AC.
AM	Manaus/AM	Rua Santo Antônio S/N, esquina com as ruas Rio Purus e Jutai - Vieiralves – Nossa Senhora das Graças. CEP 69.053-020 – Manaus/AM-
AP	Macapá/AP	Rua Eliezer Levy nº 2403 – Bairro: Trem CEP: 68.908-183 – Macapá/AP
PA	Altamira/PA	Avenida Tancredo Neves, Esquina com Elias Leitão, 2425 - Bairro Jardim Independente II - CEP 68372-222 - Altamira - PA
RR	Boa Vista/RR	Avenida General Penha Brasil, 1262 - Bairro SÃO Francisco – CEP 69305-130 - Boa Vista - RR
RO	Porto Velho/RO	Av. Sete de Setembro, nº 1840, Bairro Nossa Senhora das Graças - Porto Velho/RO
PA	Santarém/PA	Avenida Borges Leal, 2454, Aparecida, CEP 68.040-570 – Santarém/PA.
PA	Belém /PA	Rua dos Mundurucus, 1794 - Batista Campos, Belém - PA, 66033-718
ES	Vitória/ES	Avenida Cesar Hilal, 1293, Santa Lúcia, Vitória/ES, CEP 29056-083

ES	Linhares/ES	Avenida Governador Carlos Lindemberg, nº 1278, bairro Centro - Linhares/ES - CEP: 29.900-021
MG	Juiz de Fora/MG	Rua Santo Antônio, 630 (4º, 5º e 6º andares), bairro centro -Juiz de Fora/MG. CEP36.015-001
MG	Belo Horizonte/MG	Rua Pouso Alto, 15 - Bairro Serra – Belo Horizonte/MG - CEP: 30240-180
MG	Uberlândia/MG	Rua Eduardo Marques, 1049, Bairro Osvaldo Resende, Uberlândia-MG CEP: 38.400-442 - Uberlândia/MG
MG	Montes Claros/MG	Avenida Deputado Esteves Rodrigues, nº1.111 - Todos os Santos CEP: 39.400-020 - Montes Claros/MG
MG	Governador Valadares/MG	Rua Barão do Rio Branco, nº 493, Centro. CEP: 35.010-030 – Governador Valadares/MG
RJ	Baixada Fluminense/RJ	Avenida Presidente Lincoln, nº 1100 – São João do Meriti CEP: 25.555-201 - São João de Meriti/RJ
RJ	Volta Redonda/RJ	Av. Lucas Evangelista de Oliveira Franco, 67 - Jardim Paraiba, Volta Redonda - RJ, 27215-070
RJ	Rio de Janeiro/RJ	Rua Uruguaiana nº 174 – Centro - Rio de Janeiro-CEP: 20.050-900
RJ	Niterói /RJ	Rua Lemos Cunha 359, Icaraí - Niterói -RJ, CEP: 24230131
SP	Campinas/SP	Rua Dona Ester Nogueira, 26 - Vila Nova, Campinas - SP, 13073-040
SP	Sorocaba/SP	Rua José Maria Barbosa,40, Portal da Colina- Sorocaba/SP, CEP:18074-380
SP	Santos/SP	Rua Brás Cubas, 45 - Centro - CEP: 11.013-161 - Santos/SP
SP	Guarulhos/SP	Rua Professor Leopodo Paperini, 213, jardim zaira - Guarulhos/SP
SP	Registro/SP	Rua Gersoni Nápoli nº 45 -Centro - Registro/SP - CEP 11900-000
SP	Ribeirão Preto/SP	Rua Alice Além Saad, 665 – Nova Ribeirania - Ribeirão Preto (SP)
SP	Jales/SP	Rua 7, 2073, Centro, Jales (SP) – CEP: 15.700-014
SP	São José dos Campos/SP	Av. Tívoli, 574 - Vila Betania, São José dos Campos - SP, 12245-230
SP	Mogi das Cruzes/SP	Rua Ewald Muhleise, 138/142 - Bairro Jd. Bela Vista - César de Souza (Ao lado da TV Diário)

SP	São Bernardo do Campo/SP	Avenida Senador Vergueiro, Nº 4122- 1º andar - Bairro Rudge Ramos CEP: 09.601-000 e Rua Sargaços, 135 - Jardim do Mar, São Bernardo do Campo CEP: 09750-320
PR	Curitiba/PR	Rua Visconde do Rio Branco, 1811, Centro, CEP: 80420-210, Curitiba-PR
PR	Londrina/PR	Rua Pio XII, nº 56, Centro CEP: 86.020-380 - Londrina/PR
PR	Cascavel/PR	Rua Sete de Setembro, 3443. CEP 85.801- 140. Centro, Cascavel - PR.
PR	Foz do Iguaçu/PR	Rua Tarobá, 834, Centro, CEP - 85851- 220 - Foz do Iguaçu/PR
PR	Umuarama/PR	Rua José Teixeira d"Ávila, n. 3758, Zona I, CEP 87.501-040, Umuarama/PR
RS	Pelotas/RS	Rua Marcellio Dias, 3005, centro CEP: 96020-480
RS	Bagé/RS	Defensoria Pública da União em Bagé/RS: Rua Prof. Melanie Granier, nº 48, Centro, Bagé/RS, CEP 96400-500
RS	Santa Maria/RS	Alameda Montevideo, 313, 3º andar, bairro Nossa Sra. das Dores CEP: 97050-510 - Santa Maria/RS
RS	Rio Grande/RS	Rua Conde de Porto Alegre, 384 sala 201 - Centro - Rio Grande/RS - CEP: 96.200-330
RS	Uruguaiana/RS	Rua Santana, 2288 - Centro - Uruguaiana/RS - CEP: 97501-540
RS	Porto Alegre/RS	Av. Augusto de Carvalho, 1133 Bairro Praia de Belas - Porto Alegre (RS) CEP: 90010-390
SC	Florianópolis/SC	Rua Frei Evaristo 142 – Centro - DE Florianópolis/SC
SC	Joinville/SC	Rua Araranguá, nº 280 - Bairro América - CEP 89204-310 - Joinville/SC
SC	Criciúma/SC	Avenida Centenário, 3029, Centro, CEP

MANUAL

Capítulo I

Conceitos Básicos de Perícia Oficial em Saúde

PERÍCIA OFICIAL EM SAÚDE

Perícia Oficial em Saúde é um ato administrativo técnico realizado por um médico ou cirurgião-dentista, designado formalmente, com o objetivo de avaliar a aptidão física e mental do servidor para o exercício de suas funções e estabelecer o nexo causal entre a condição de saúde e o trabalho. Dessa forma, desempenha a finalidade de subsidiar decisões administrativas sobre concessão de licenças, readaptação, aposentadoria por invalidez, entre outros.

A perícia oficial em saúde produz informações para fundamentar as decisões da administração no tocante ao disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores.

De acordo com o Decreto nº 7.003, de 09/11/2009, que regulamenta a perícia oficial em saúde, e compreende duas modalidades:

JUNTA OFICIAL em SAÚDE : perícia realizada por um grupo de dois médicos ou dois cirurgiões-dentistas.

PERÍCIA OFICIAL SINGULAR: realizada por apenas um médico ou um dentista.

E as alterações de acordo com a Lei 11.255 de 09/11/2022, foram definidas três modalidades de realização da perícia oficial para concessão da licença:

Avaliação presencial

Realizada diretamente por médico ou cirurgião-dentista designado.

Avaliação por meio de teleconsulta

- Permitida quando o servidor autoriza expressamente.
- O servidor tem o direito de recusar essa modalidade no momento do envio do atestado ou até a conclusão da avaliação.

Análise documental

Baseado exclusivamente nos documentos apresentados. (o decreto garante ao servidor o direito de optar pela perícia presencial a qualquer momento até a conclusão da avaliação)

Os peritos oficiais em saúde e a composição da junta oficial em saúde têm que ser, obrigatoriamente, designados em documento legal.

PERITO OFICIAL EM SAÚDE

É o médico ou cirurgião-dentista que realiza ato pericial com o objetivo de subsidiar a Administração Pública Federal na formação de juízos a que está obrigada. É responsável pelo estabelecimento da correlação entre o estado mórbido e a capacidade laborativa do servidor, assim como

pelo nexo entre a morbidade e o trabalho. Tem o dever precípua de ajudar a fundamentar as decisões administrativas.

CAPACIDADE LABORATIVA

É a condição física, mental e emocional para o exercício de atividade produtiva, que uma pessoa possui para exercer suas atividades profissionais de forma segura, eficaz e contínua. É a expressão utilizada para habilitar o examinado a desempenhar as atividades inerentes ao cargo, função ou emprego.

O indivíduo é considerado capaz para exercer uma determinada atividade ou ocupação quando reúne as condições morfofisiológicas compatíveis com o seu pleno desempenho, sendo ela caracterizada em três aspectos. a) Condições físicas: força, mobilidade, resistência, ausência de dores ou limitações funcionais; b) Aspectos mentais e emocionais: concentração, memória, equilíbrio emocional, capacidade de lidar com pressão e c) Compatibilidade com o cargo: o estado de saúde deve ser adequado às exigências da função exercida.

A avaliação da capacidade laborativa é feita por meio de perícia médica ou odontológica, especialmente em casos de:

- Afastamento para tratamento da própria saúde
- Acidentes de trabalho- CAT/SP;
- Doenças ocupacionais;
- Solicitação de aposentadoria por invalidez
- Readaptação funcional
- Avaliação de retorno ao trabalho após afastamento prolongado
- Isenção de imposto de renda por doença grave

Capacidade laborativa residual é quando o trabalhador mantém parte da aptidão para o trabalho, mesmo após uma lesão ou doença. Nesse caso, ele pode ser reabilitado ou readaptado para funções compatíveis com sua nova condição.

INCAPACIDADE LABORATIVA

É a condição em que a pessoa não consegue exercer suas atividades profissionais devido a problemas de saúde física, mental ou emocional. É a impossibilidade de desempenhar as atribuições definidas para o cargo, função ou emprego, decorrentes de alterações patológicas consequentes de doenças ou acidentes.

A avaliação da incapacidade deve considerar o agravamento da doença, bem como o risco à vida do servidor ou de terceiros, que a continuação do trabalho possa acarretar. O conceito de incapacidade deve compreender em sua análise os seguintes parâmetros: o grau, a duração e a abrangência da tarefa desempenhada.

Pode ser classificada de acordo com:

Grau da Incapacidade

- **Parcial:** a pessoa ainda consegue trabalhar, mas com limitações.
- **Total:** não consegue realizar nenhuma atividade profissional.

Duração

Quanto à duração, a incapacidade laborativa pode ser temporária ou permanente:

- **Temporária:** há previsão de recuperação e retorno ao trabalho, dentro de prazo previsível
- **Permanente:** insuscetível de recuperação com os recursos da terapêutica, readaptação e reabilitação disponíveis à época da avaliação pericial, não havendo possibilidade de reabilitação ou cura.

O conceito de incapacidade deve compreender em sua análise os seguintes parâmetros: o grau, a duração e a abrangência da tarefa desempenhada.

Quanto à abrangência profissional: a incapacidade laborativa pode ser classificada como:

- **Uniprofissional:** o impedimento alcança apenas uma atividade específica do cargo, função ou emprego;
- **Multiprofissional:** o impedimento abrange diversas atividades do cargo, função ou emprego;
- **Omniprofissional:** implica a impossibilidade do desempenho de toda e qualquer atividade laborativa que vise ao próprio sustento ou de sua família.

A presença de uma doença, por si só, não significa a existência de incapacidade laborativa. O que importa na análise do perito oficial em saúde é a repercussão da doença no desempenho das atribuições do cargo.

DOENÇA INCAPACITANTE

É a enfermidade que produz incapacidade para desempenhar as tarefas da vida diária e as atividades laborais do ser humano. A doença incapacitante pode ser passível de tratamento e controle com recuperação total ou parcial da capacidade laborativa, não resultando obrigatoriamente em invalidez.

ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

Atividades da Vida Diária -AVD - são as tarefas pessoais, concernentes aos autocuidados, e também a outras habilidades pertinentes ao cotidiano de qualquer pessoa.

São consideradas - AVD:

- **Autocuidados:** escovar os dentes, pentear os cabelos, vestir-se, tomar banho, calçar sapatos, alimentar-se, beber água, fazer uso do vaso sanitário, dentre outros.
- **Tarefas diárias:** cozinhar, lavar louça, lavar roupa, arrumar a cama, varrer a casa, passar roupas, usar o telefone, escrever, manipular livros, sentar-se na cama, transferir-se de um lugar ao outro, dentre outras.

INVALIDEZ

No âmbito da Administração Pública Federal, entende-se por invalidez do servidor, a incapacidade total, permanente e omniprofissional para o desempenho das atribuições do cargo, função ou emprego.

Desse modo, invalidez do servido é quando o desempenho das atividades acarreta risco à própria vida ou de terceiros, o agravamento da sua doença, ou ainda quando a produtividade do servidor não atender ao mínimo exigido para as atribuições do cargo, função ou emprego.

Considera-se inválido o dependente ou pessoa designada quando constatada a incapacidade de prover seu próprio sustento, em consequência de doença ou lesão.

DEFICIÊNCIA

É a perda parcial ou total, bem como ausência ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere limitação ou incapacidade parcial para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. São cinco categorias principais, conforme a legislação brasileira e os critérios da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e do Decreto nº 3.298/99.

Cada uma delas considera o tipo de impedimento e como ele afeta a participação plena da pessoa na sociedade:

A deficiência pode ser enquadrada nas seguintes categorias:

- **Intelectual/Mental** (Dificuldades em habilidades adaptativas como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais e acadêmicas);
- **Física** (Alterações no corpo que comprometem a função motora podendo ser total ou parcial, congênita ou adquirida);
- **Auditiva** -(perda total ou parcial da audição, geralmente bilateral surdez profunda perda auditiva acima de 41 decibéis);
- **Visual** -(cegueira total, visão monocular com comprometimento funcional);
- **Múltipla** - (associação de duas ou mais deficiências das categorias acima).

Além dessas, há o reconhecimento de mobilidade reduzida, que não é necessariamente enquadrada como deficiência, mas pode gerar adaptações e direitos específicos. Isso inclui pessoas com doenças neuromusculares, ostomizados ou com limitações funcionais significativas.

ACIDENTE EM SERVIÇO

É qualquer dano físico ou mental sofrido pelo servidor federal, que esteja relacionado direta ou indiretamente com as atribuições pelo exercício do cargo, função, ou emprego, no ambiente de trabalho ou no exercício de suas atividades a serviço da Administração Pública Federal, provocando:

- Lesão corporal, perturbação funcional ou mental.
- Acidentes no trajeto entre casa e trabalho, eventos que ocorrem no percurso da residência para o trabalho ou vice-versa.
- Agressões sofridas no exercício do cargo.

DOENÇA PROFISSIONAL

São as doenças decorrentes, desencadeadas ou agravadas diretamente pelo exercício de trabalho peculiar a determinada atividade profissional ou adquirida em função de condições ambientais específicas em que se realiza o trabalho. A causa da ocorrência, o fator determinante para o surgimento da doença ou do acidente, é necessariamente a atividade laboral

DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO,

Consiste na doença em que a atividade laboral ou o ambiente de trabalho são fatores de riscos desencadeantes, contributivo ou agravante de um distúrbio latente ou de uma doença preestabelecida, também chamadas de Doenças Ocupacionais previstas na Lei 8.112/91 n° 8.213/91,

A doença relacionada ao trabalho estará caracterizada quando, diagnosticado o agravo, for possível estabelecer uma relação epidemiológica com a atividade laboral.

As doenças endêmicas, contraídas no exercício do trabalho, também serão caracterizadas como doenças relacionadas ao trabalho. A atualização mais recente da lista oficial de doenças relacionadas ao trabalho foi feita pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS n° 1.999, de 27 de novembro de 2023, que altera o Anexo LXXX da Portaria de Consolidação GM/MS n° 5, de 2017. Essa nova versão da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) incorporou 165 novas patologias, incluindo:

- **Covid-19**
- **Transtornos mentais** como *Burnout*, abuso de substâncias, tentativa de suicídio
- **Distúrbios musculoesqueléticos**
- **Diversos tipos de câncer** associados a agentes químicos e físicos.

READAPTAÇÃO

É a investidura do servidor, indicada por avaliação pericial por Junta Médica Oficial, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

REABILITAÇÃO FUNCIONAL

É o processo terapêutico de duração limitada, com objetivo definido, que busca restaurar ou melhorar a capacidade física e neurológicas, permitindo que a pessoa com incapacidade adquirida alcance os níveis físicos e mentais funcionais que possibilitem o seu retorno ao trabalho.

Todo servidor que apresente redução de sua capacidade funcional terá direito a beneficiar-se de reabilitação necessária à recuperação da sua capacidade laborativa.

RESTRIÇÃO DE ATIVIDADE LABORAL

É a recomendação médica ou pericial que determina que o trabalhador não deve realizar uma ou mais atribuições do cargo, função ou emprego, cuja continuidade do exercício de uma ou mais atribuições do cargo possa acarretar o agravamento de sua condição de saúde ou representar risco a terceiro, podendo ser temporária ou permanente e servirá como base para decisões de : readaptação funcional, licença médica ou reabilitação profissional.

LICENÇAS POR MOTIVO DE SAÚDE

É o direito do servidor de ausentar-se, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, por motivo de tratamento da própria saúde ou de pessoa de sua família, enquanto durar a limitação laborativa ou a necessidade de acompanhamento ao familiar, dentro dos prazos previstos, conforme a legislação vigente.

Tipos de licença por motivo de saúde, conforme a Lei nº 8.112/1990:

Licença por motivo de doença em pessoa da família. Para cuidar de familiar doente (cônjuge, filhos, pais etc.).

Remuneração:

Até 30 dias: com remuneração.

De 31 a 90 dias: sem remuneração

Exigência: Comprovação de dependência econômica e impossibilidade de outra pessoa prestar os cuidados

Licença para tratamento da própria saúde -Quando o servidor está doente ou precisa se recuperar de uma condição médica, exige perícia de acordo com os dias de afastamento.Art.202,203,204.

Licença à gestante-Art.207 - Concedida automaticamente com base em documentos como certidão de nascimento, atestado médico ou guia de alta hospitalar. Pode ser antecipada a partir do nono mês de gestação, mediante prescrição médica, mas ainda assim não exige perícia oficial

Licença à adotante -Art.210 Inicia-se na data da guarda judicial para fins de adoção ou da própria adoção, bastando apresentar o termo judicial de guarda ou adoção, dispensa perícia. Para criança até 1 ano tem direito a 90 dias de licença , para com mais de 1 ano é de 30 dias de licença

Licença-paternidade - Art.208 - Concedida com base na certidão de nascimento do filho. Não há necessidade de avaliação médica ou perícia.

Essas licenças são consideradas direitos sociais e familiares, e a legislação prioriza a proteção à criança e à convivência familiar, sem burocratizar com perícia médica.

Licença por acidente em serviço - art.211, 212 A concessão da licença exige perícia oficial em saúde, que pode ser: Singular: para afastamentos mais curtos e por Junta médica: em casos mais complexos ou prolongados. A perícia deve estabelecer o nexo causal entre o acidente e a atividade profissional. É obrigatório registrar o acidente, preenchendo a Comunicação de Acidente em Serviço (CAT/SP), mesmo que não haja afastamento ou lesão aparente. Esse documento formaliza o ocorrido e garantirá os direitos do servidor

Para efeito de contagem das licenças, serão sempre considerados os somatórios dos períodos concedidos dentro do mesmo tipo de licença.

Capítulo II

Procedimentos e Rotinas

Atestados Médicos

Os Membros e Servidores deverão encaminhar os atestados em até cinco (5) dias após a início do afastamento para o e-mail atestado.diass@dpu.def.br, e se o servidor no somatório dos seus atestados em 12 doze meses não ultrapassarem 15 dias , eles poderão ser homologados pela chefia imediata e após ser encaminhado à DIASS.

No atestado deverão constar os seguintes itens:

- Identificação do servidor ou da pessoa da família;
- Identificação do profissional emitente e seu registro em conselho de classe;
- Data de emissão do documento;
- Tempo provável do afastamento de forma legível;
- Código da Classificação Internacional de Doenças (CID), Problemas Relacionados à Saúde ou o diagnóstico, quando expressamente autorizados pelo paciente.

Não havendo a indicação do CID, deverá o servidor, familiar ou dependente legal, obrigatoriamente, submeter-se a perícia.

Os atestados de acompanhamento de pessoa da família exigirão o prévio cadastramento do familiar no sistema autorizado de pessoal da Defensoria Pública da União (DPU), –

Para o cadastramento no sistema, além da documentação abaixo relacionada, são necessárias as seguintes informações do familiar / dependente: CPF, data de nascimento, naturalidade e nome da mãe.

Filhos: cópia da certidão de nascimento

Pais: cópia da carteira de identidade do servidor

Cônjuge: cópia da certidão de casamento

Companheiro: declaração de união estável passada em cartório com duas testemunhas ou cópia da certidão de nascimento de filhos em comum;

Enteados: cópia da certidão de casamento e cópia da certidão de nascimento do enteado; quando o servidor não é casado deve ser apresentada uma declaração de união estável passada em cartório com duas testemunhas.

Menor sob guarda: termo de guarda

Padrasto ou madrasta: cópia da certidão de casamento do pai ou mãe e cópia da carteira de identidade do servidor; não havendo casamento, deverá ser apresentada uma declaração de união estável, passada em cartório, com duas testemunhas e cópia da carteira de identidade do servidor;

Dependente que viva às expensas do servidor: cópia da declaração do imposto de renda onde conste a dependência econômica, ou documento expedido pelo setor de recursos humanos informando que o dependente consta nos assentamentos funcionais do servidor.

Importante:

A apresentação do atestado médico deverá ser feita pelo próprio servidor, através do e-mail atestado.diass@dpu.def.br, sendo admitida a entrega por terceiro em caso de comprovada impossibilidade de locomoção.

Este e-mail e preenchimento do formulário é o único meio para recebimento de atestados, não mais serão aceitos os encaminhados pelo SEI.

A não apresentação do atestado, em até cinco dias após a emissão, salvo por motivo justificável através de formulário que será analisado pelo setor responsável, em caso de não aceitação,

caracterizará falta ao serviço.

JUSTIFICATIVA:

É dispensada a perícia oficial, sendo necessário apenas a homologação da chefia imediata, nos casos em que o atestado médico ou odontológico esteja regularmente preenchido e for:

Própria Saúde: de no máximo 5 (cinco) dias corridos, quando o somatório de atestados para tratamento da própria saúde não ultrapasse 15 dias nos últimos 12 meses.

Para acompanhamento de pessoa da família: a dispensa vale para afastamentos de até 3 dias corridos, desde que o somatório dos atestados de 01 a 03 dias seja inferior a 15 dias no período de 12 meses anteriores.

PERÍCIA OFICIAL

A perícia médica/odontológica é obrigatória nos seguintes casos:

Própria Saúde: Atestados de 6 (seis) dias ou mais consecutivos, quando o servidor exceder 15 dias de afastamento, a partir do somatório dos atestados de até 05 dias corridos no período de 12 meses, contados a partir do primeiro dia de afastamento.

Atestados de até 120 dias, consecutivos ou não, num período de 12 meses, a partir do primeiro dia de afastamento, serão avaliados por Perícia Oficial singular.

Atestados acima de 120 dias, consecutivos ou não, num período de 12 meses a partir do primeiro dia de afastamento, deverão ser avaliados por Junta Oficial.

Acompanhamento de pessoa da família: Atestados de 4 (quatro) dias ou mais consecutivos, quando a somatória dos atestados de 01 a 03 dias totalizar 15 dias no período de 12 meses anteriores. Mesmo que os atestados anteriores tenham sido homologados pela chefia, ao atingir esse limite, o próximo afastamento exige avaliação pericial obrigatória.

Quando houver necessidade de perícia, o familiar adoecido deverá comparecer juntamente com o servidor para ser periciado. Caso o familiar não esteja em condições de comparecer à Perícia Oficial, a inspeção médica será realizada no local em que estiver o familiar. No momento da perícia é importante que o servidor apresente exames, relatórios médicos do familiar adoecido para subsidiar a perícia.

A perícia poderá ser complementada por avaliação da equipe multiprofissional.

Procedimento para acionar a Perícia Oficial

O servidor ou Membro deverá encaminhar o atestado através do e-mail atestado.diass@dpu.def.br, para que seja marcada Perícia Oficial em uma das Instituições Contratadas.

Capítulo III

LICENÇAS

Licença para tratamento da própria saúde:

É a que o servidor faz jus quando acometido de doença que não lhe permita exercer as atividades do cargo, sendo possível sua concessão a pedido ou de ofício, mediante perícia médica oficial, sem prejuízo de sua remuneração.

Documentação necessária:

1. Atestado Médico Original, com o Código de Classificação Internacional de Doenças – CID ou diagnóstico (quando expressamente autorizados pelo paciente), data de emissão e o tempo

provável de afastamento, identificação do profissional emitente com: nome completo número de registro no conselho de classe (CRM ou CRO) assinatura e carimbo legível.

Não havendo a indicação do Código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) deverá o servidor, familiar ou dependente legal, obrigatoriamente, submeter-se a perícia, independente do número de dias de afastamento.

Informações Gerais:

1- O prazo de licença para tratamento da própria saúde do servidor será considerado como de efetivo exercício até o limite de 24 meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo.

2- Após esse prazo, poderá ser concedida licença para tratamento da própria saúde, ressaltando-se que o referido tempo contará apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

3- A perícia oficial poderá ser dispensada para a concessão de licença para tratamento de saúde, desde que

a) não ultrapasse o período de cinco (05) dias corridos; e

b) somada a outras licenças para tratamento de saúde usufruídas nos doze meses anteriores, seja inferior a quinze (15) dias.

4- O atestado médico com ciência da chefia imediata deve ser apresentado ao setor de administrativo da Unidade da DPU que deverá repassá-lo à DIASS/CAPE/SGP/DPGU.

O atestado

5. A licença de até 120 dias, ininterruptos ou não, no período de 12 meses, será avaliada por perícia singular e acima deste número de dias, obrigatoriamente, por junta composta por três médicos ou três cirurgiões-dentistas.

6. Nos casos em que houver suspeita de falsidade do atestado, será feito comunicado à área administrativa para providências. Em se tratando de atestado gracioso, o perito, após fundamentar a irregularidade, deverá notificar ao conselho regional do respectivo profissional, para investigação.

7. Encontrando-se o servidor ou Membro impossibilitado de locomover-se ou estando hospitalizado, o exame pericial poderá ser realizado em sua residência ou na entidade nosocomial por um médico ou assistente social.

8. O início da licença por motivo da própria saúde do servidor deverá corresponder à data do início do afastamento de suas atividades laborais, independentemente do tipo de jornada de trabalho.

9. A conclusão do exame pericial será comunicada por meio do “laudo pericial de licença para tratamento de saúde”, que será impresso e entregue ao servidor/ Membro. Se a conclusão pericial exigir reavaliação da capacidade de trabalho, o servidor/Membro deverá retornar à perícia na data agendada, antes do término da licença, com os documentos solicitados.

10. No caso de haver prorrogação da licença para tratamento de saúde, será emitido um novo “laudo de licença para tratamento de saúde”.

11. O servidor/Membro que, no curso da licença, julgar-se apto a retornar à atividade solicitará à unidade de atenção à saúde do servidor o reexame de seu caso e será submetido a exame pericial. Caso não se configure mais a limitação de saúde, a perícia emitirá laudo de reassunção fixando a data do retorno ao trabalho.

12. Quando necessário, o servidor/Membro será encaminhado para avaliação pela equipe multidisciplinar em saúde.

13. Será punido com suspensão de até 15 dias o servidor/ membro que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação conforme o art. 130, §1º da Lei nº

14. Os servidores de cargos comissionados sem vínculo com o serviço público e os contratados por tempo determinado vinculam-se ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, em razão de sua condição de segurado obrigatório pelas leis nos 8.213/1991, 8.647/1993, 8.745/1993 e § 13 do art. 40 da Constituição Federal e apenas os primeiros 15 dias de licença serão remunerados pelo órgão empregador, conforme prevê a Lei nº 8.213/1991, sendo necessário o exame pericial para concessão desse afastamento.

15. O comparecimento em uma consulta de saúde não gera automaticamente a licença e deverá ser comprovado por meio da declaração de comparecimento emitida pelo profissional assistente.

16. Essa declaração de comparecimento deve ser tratada como justificativa de afastamento.

Previsão legal:

- Artigos 202 a 205 da Lei nº 8.112/90;
- Decreto nº 7.003/2009;
- Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, revisado pela Portaria nº 235, de 05 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 08.12.2014.
- Licença por motivo de doença pessoa da família é àquela que poderá ser concedida ao servidor por motivo de doença em cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta, enteado ou dependente que viva às suas expensas, mediante avaliação pela Junta Médica.
- Documentação necessária:
- Atestado/Declaração Médico Original ou Cópia Autenticada, com o Código de Classificação Internacional de Doenças – CID ou diagnóstico (quando expressamente autorizado pelo paciente) e o tempo provável de afastamento, com o nome do servidor e do dependente;
- Registro do familiar/dependente no sistema automatizado de pessoal da Divisão de Cadastro – DICAD/SGP/DPGU.

Não havendo a indicação de Problemas Relacionados à Saúde ou do CID deverá o servidor, familiar ou dependente legal, obrigatoriamente, submeter-se a perícia.

Informações Gerais:

1. Deverá ser apresentado à Junta Médica: atestado, emitido pelo médico que assiste o familiar, contendo o CID, quando expressamente autorizado pelo paciente ou boletim de atendimento em pronto socorro, emergência médica, posto de saúde, exames laboratoriais ou radiografias.

2. A Junta Médica somente aceita documentos originais, sem rasuras, com carimbo e assinatura do médico. Atestados emitidos por familiares dos servidores não serão aceitos pela Junta Médica.

3. Uma vez apresentada a documentação de dependência, não mais haverá a necessidade de comprovar grau de parentesco ou dependência em outras ocasiões de licença pelo mesmo familiar.

4. A licença somente será deferida se a assistência pessoal do servidor/membro for indispensável e não puder ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário. A avaliação psicossocial, sempre que possível, deverá ser realizada para subsidiar essa decisão.

5. A licença para acompanhamento de pessoa da família, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 meses, nas seguintes condições:

- a) por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor;
- b) por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

6. O início do interstício de 12 meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

7. A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos itens 1 e 2.

8. A licença por motivo de doença em pessoa da família poderá ser dispensada de perícia, desde que não ultrapasse o período de 3 (três) dias corridos, mediante apresentação de atestado médico ou odontológico, conforme o caso, que contenha justificativa quanto à necessidade de acompanhamento por terceiro.

9. O atestado deverá ser entregue à Chefia Imediata do servidor/Membro, que, posteriormente deverá encaminhar ao administrativo da Unidade da DPU que, por sua vez, deverá repassá-lo à DIASS/CAPE/SGP/DPGU.

10. No caso do atestado não atender às regras estabelecidas no Decreto nº 7.003/2009, ou no caso de o servidor/ Membro optar por não especificar o diagnóstico de seu dependente no atestado, torna-se obrigatório o exame pericial, ainda que se trate de atestado inferior ou igual a três dias.

11. Os servidores ocupantes de cargos comissionados sem vínculo com o órgão público, os contratados por tempo determinado e os empregados públicos não farão jus à licença por motivo de doença em pessoa da família, uma vez que não há previsão legal para concessão da referida licença.

Não havendo a indicação de Problemas Relacionados à Saúde ou CID deverá o servidor, familiar ou dependente legal, obrigatoriamente, submeter-se a perícia.

Previsão legal:

- Art. 81, inciso I, §§ 1º e 3º, c/c art. 82 c/c art. 83 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, com a redação alterada pela Lei nº 9.527, de 10/12/97;
- Decreto nº 7.003/2009;
- Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (Revisado pela Portaria nº 235, de 05 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 08.12.2014.ndo expressamente autorizado pelo paciente) ou boletim de atendimento em pronto socorro, emergência médica, posto de saúde, exames laboratoriais ou radiografias.

Licença à gestante

Licença à gestante é àquela concedida à servidora gestante, pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, podendo ser prorrogada por 60 (sessenta) dias.

Documentação necessária para instruir processo:

Para Licença Gestante a partir do 1º dia do nono mês: Atestado Médico do Obstetra da requerente onde conste o tempo de gestação;

A partir do nascimento do bebê: Cópia da certidão de nascimento.

Informações Gerais:

1. A licença à gestante destina-se à proteção da gravidez, à recuperação pós-parto, à amamentação e à relação do binômio mãe-filho a partir do parto ou no 1º dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

2. A duração do afastamento prevista é de 120 dias consecutivos, devendo ser observados os seguintes aspectos:

a) No caso de qualquer intercorrência clínica proveniente do estado gestacional, verificada no transcurso do nono mês de gestação, deverá ser concedida, de imediato, a licença à gestante;

b) No caso de nascimento prematuro, a licença, se ainda não concedida, terá início na

data do evento;

c) Nos casos de natimorto, a servidora será submetida a exame médico 30 dias após o parto, e, se julgada apta, reassumirá o exercício de seu cargo, função ou emprego. Para esse fim, a perícia singular deverá emitir novo laudo pericial.

3. Também é concedida a licença na hipótese da criança vir a falecer logo após o parto.

4. A servidora lactante tem direito à redução da jornada de trabalho em uma hora, consecutiva ou dividida em dois intervalos de 30 (trinta) minutos, para amamentar seu filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade.

5. A prorrogação de que trata o Decreto 6.690/2008 será garantida à servidora pública que requeira o benefício até o final do primeiro mês após o parto e terá duração de sessenta dias, iniciando-se no dia subsequente ao término da vigência da licença.

6. As servidoras ocupantes de cargos comissionados, sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, as contratadas por tempo determinado, as empregadas públicas anistiadas (seguradas do RGPS – Lei nº 8.213/1991), serão periciadas pelo órgão de exercício e a licença à gestante concedida com a posterior compensação do pagamento pelo RGPS.

7. A licença à gestante é considerada como de efetivo exercício para todos os fins e efeitos.

Previsão legal:

- Art. 207 e 209 da Lei nº 8.112/1990;
- Decreto nº 6.690/2008;
- Portaria GABDPGF DPGU nº 78/2015 c/c Portaria GABDPGF DPGU 332/2016.

Licença paternidade

Licença de 5 (cinco) dias consecutivos concedida ao servidor/ Membro pelo nascimento ou adoção de filho(s), podendo ser prorrogada por 15 (quinze) dias.

Requisito básico:

Ser pai natural ou adotivo devidamente registrado em cartório.

Documentação necessária para instruir processo:

- Cópia da certidão de nascimento, e no caso de adoção, também a cópia do termo de Adoção ou de Guarda e Responsabilidade.

Informações gerais

Previsão legal:

Art. 7º, inciso XIX da Constituição Federal;

Arts. 102, inciso VIII, letra “a”, Art. 185 e 208 da lei nº 8.112/90;

Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

Decreto nº 1.590/95 (DOU 11/08/1995) Art. 6º, § 1º;

Decreto nº 8.737/16 (DOU 04/05/2016).

Requisito básico:

- Ser pai natural ou adotivo devidamente registrado em cartório.

Documentação necessária para instruir processo:

- Cópia da certidão de nascimento, e no caso de adoção, também a cópia do termo de Adoção ou de Guarda e Responsabilidade.

Informações gerais:

1. A licença é concedida computando-se, inclusive, o dia do nascimento do(s) respectivo(s) filho(s) (independente do horário de nascimento), quando filho natural.
2. A prorrogação de que trata o Decreto 8.737/2016 será garantida ao servidor/Membro público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção, iniciando-se no dia subsequente ao término da vigência da licença.
3. A licença paternidade constitui afastamento considerado como efetivo exercício.

Previsão legal:

- Art. 7º, inciso XIX da Constituição Federal;
- Art. 102, inciso VIII, letra “a”, Art. 185 e 208 da lei nº 8.112/90;
- Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Decreto nº 1.590/95 (DOU 11/08/1995) Art. 6º, § 1º;
- Decreto nº 8.737/16 (DOU 04/05/2016).

Licença à adotante é remunerada e concedida à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança.

Documentação necessária para instruir processo:

- Cópia da certidão de nascimento ou Termo de Guarda.

Informações gerais:

1. Se a criança tiver até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença.
2. Se a criança tiver mais de 1 (um) ano de idade, serão concedidos 30 (trinta) dias de licença.
3. A prorrogação será garantida à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, iniciando do dia subsequente ao término da vigência da licença anterior, na seguinte proporção:
 - a) prorrogação de 45 (quarenta e cinco) dias, no caso de criança de até um ano de idade;
 - b) prorrogação de 15 (quinze) dias, no caso de criança com mais de um ano de idade.
4. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) estabelece em seu art. 1º que criança é a pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos.
5. A licença à adotante é considerada como de efetivo exercício para todos os fins e efeitos.
6. Ao pai adotante será concedida licença paternidade de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado até 20 (vinte), nos termos do Decreto nº 8.737/2016.

Previsão legal:

- Art. 208 e 210 da Lei nº 8.112/1990;
- Decreto nº 6.690/2008;
- Decreto nº 8.737/16 (DOU 04/05/2016);
- Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Licença por acidente em serviço é àquela, resultante do exercício do cargo, emprego ou função, no ambiente de trabalho ou a serviço da Administração Pública Federal, que provoque lesão corporal, perturbação funcional, mental ou doença, e que determine morte, perda total ou parcial, permanente ou temporária da capacidade laborativa, incluindo-se o acidente decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor/Membro no exercício do cargo e o sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Documentação necessária:

- Apresentar atestado médico onde conste o primeiro atendimento clínico;
- Originais de exames complementares referentes aos danos físicos.

Informações gerais:

1. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- a) decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;
- b) sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

2. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos, constituindo-se medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

3. A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

4. Mesmo que o acidente em serviço não resulte em licença, o setor administrativo da unidade deverá ser informado do fato para constar nos assentamentos funcionais do servidor/Membro.

5. Os servidores ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, os contratados por tempo determinado e os empregados públicos anistiados, quando vitimados por acidente de trabalho, deverão ser encaminhados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a partir do 15º dia de afastamento do trabalho. (conforme art.75, §2, do Decreto nº 3.048/1999).

Previsão legal:

- Artigo 211 a 214 da Lei 8.112/90;
- Artigo 75, §2, do Decreto nº 3.048/1999.

Previsão legal:

Art. 207 e 209 da Lei nº 8.112/1990;

Decreto nº 6.690/2008;



Documento assinado eletronicamente por **Marilia Soares Arantes de Mello, Chefe da Divisão de Atenção Integral à Saúde dos Membros, Servidores e Colaboradores da DPU**, em 10/09/2025, às 13:16, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **8355567** e o código CRC **DFC038EB**.

